

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	20.000
Preferenciais	34.065
Total	54.065
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.152.042	1.209.030
1.01	Ativo Circulante	244.200	278.306
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.623	16.828
1.01.01.01	Caixa e Bancos	10.623	16.828
1.01.03	Contas a Receber	138.072	176.689
1.01.03.01	Clientes	132.853	169.067
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	151.786	180.001
1.01.03.01.02	(-) Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	-18.933	-10.934
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.219	7.622
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	5.219	7.622
1.01.04	Estoques	82.171	74.914
1.01.04.01	Estoques	82.171	74.914
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.741	9.417
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.741	9.417
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	11.741	9.417
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.593	458
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.593	458
1.02	Ativo Não Circulante	907.842	930.724
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	99.498	102.671
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.861	7.740
1.02.01.01.03	Aplicação Mercado Vinculado	1.861	7.740
1.02.01.06	Tributos Diferidos	70.838	70.775
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	70.838	70.775
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	23.421	20.457
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	23.421	20.457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.378	3.699
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.609	1.930
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.769	1.769
1.02.02	Investimentos	659.143	663.589
1.02.02.01	Participações Societárias	659.143	663.589
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	659.143	663.589
1.02.03	Imobilizado	140.686	155.597
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	140.686	155.597
1.02.03.01.01	Imobilizado	140.686	155.597
1.02.04	Intangível	8.515	8.867
1.02.04.01	Intangíveis	8.515	8.867
1.02.04.01.02	Intangíveis	8.515	8.867

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.152.042	1.209.030
2.01	Passivo Circulante	548.407	514.015
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.049	18.836
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.190	3.678
2.01.01.01.01	Encargos Sociais a Pagar	3.190	3.678
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.859	15.158
2.01.01.02.02	Provisão de Férias e 13º salário	18.859	15.158
2.01.02	Fornecedores	148.960	239.802
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	147.757	239.070
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	147.757	239.070
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.203	732
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	1.203	732
2.01.03	Obrigações Fiscais	245.430	137.800
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	176.443	96.957
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Tributárias	176.443	96.957
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	68.878	40.808
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	68.878	40.808
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	109	35
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	109.345	87.224
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	109.345	87.185
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	109.345	87.185
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	39
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	0	39
2.01.05	Outras Obrigações	7.188	24.467
2.01.05.02	Outros	7.188	24.467
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	7.188	24.467
2.01.06	Provisões	15.435	5.886
2.01.06.02	Outras Provisões	15.435	5.886
2.01.06.02.04	Provisões diversas	15.435	5.886
2.02	Passivo Não Circulante	932.738	941.809
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	23.133	44.777
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	23.133	44.777
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	23.133	44.777
2.02.02	Outras Obrigações	900.026	887.740
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	521.766	520.844
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	521.766	520.844
2.02.02.02	Outros	378.260	366.896
2.02.02.02.03	Valores a Pagar - Terceiros	380	27.835
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais e Tributárias	249.135	256.745
2.02.02.02.05	Provisões p/Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	86.346	82.200
2.02.02.02.06	Fornecedores	42.399	116
2.02.04	Provisões	9.579	9.292
2.02.04.02	Outras Provisões	9.579	9.292
2.02.04.02.04	Provisões Diversas	9.579	9.292
2.03	Patrimônio Líquido	-329.103	-246.794

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142
2.03.02	Reservas de Capital	103.194	100.014
2.03.02.07	Reservas de Capital	103.194	100.014
2.03.03	Reservas de Reavaliação	30.903	32.421
2.03.03.01	Controladas/Coligadas e Equiparadas	30.903	32.421
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.459.129	-1.468.327
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	65.215	65.921
2.03.06.01	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	65.215	65.921
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	135.572	228.035
2.03.07.01	Ajustes Acumulados de Conversão	135.572	228.035

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	260.905	813.977	288.147	830.227
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-146.130	-471.220	-180.633	-527.793
3.03	Resultado Bruto	114.775	342.757	107.514	302.434
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-124.194	-244.272	-224.941	-476.273
3.04.01	Despesas com Vendas	-92.218	-243.316	-85.697	-274.412
3.04.01.01	Despesas com Pessoal	-15.253	-46.587	-14.843	-46.991
3.04.01.02	Despesas com Propaganda	-362	-1.651	-1.125	-8.719
3.04.01.03	Despesas com Promoção de Vendas	-30.306	-81.694	-31.680	-104.201
3.04.01.04	Despesas com Fretes	-32.615	-87.587	-30.927	-88.980
3.04.01.06	Serviços de Terceiros	-1.897	-4.181	-1.664	-8.061
3.04.01.07	Despesas de Viagem	-499	-1.323	-621	-1.431
3.04.01.08	Despesas com Aluguéis	-2.619	-8.037	-2.899	-9.347
3.04.01.09	Outras Despesas	-8.667	-12.256	-1.938	-6.682
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.912	-53.784	-22.778	-57.785
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-9.996	-29.646	-13.836	-32.801
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-5.144	-14.708	-5.262	-13.758
3.04.02.03	Depreciação/Amortização	-1.065	-3.137	-832	-2.239
3.04.02.04	Energia e Comunicação	-404	-1.194	-663	-2.111
3.04.02.06	Despesas de Viagem	-11	-132	-96	-244
3.04.02.07	Despesas com Aluguéis	-177	-881	-779	-2.310
3.04.02.08	Outras Despesas	-1.115	-4.086	-1.310	-4.322
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	349	28.610	1.139	49.652
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	349	28.610	1.139	49.652
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.154	-63.800	-11.171	-44.142
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-6.154	-63.800	-11.171	-44.142
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.259	88.018	-106.434	-149.586
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-9.419	98.485	-117.427	-173.839

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.06	Resultado Financeiro	-29.334	-91.574	-52.020	-130.927
3.06.01	Receitas Financeiras	1.399	6.246	757	55.261
3.06.01.01	Outras Receitas Financeiras	1.351	3.580	487	1.784
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	48	2.666	270	53.477
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.733	-97.820	-52.777	-186.188
3.06.02.01	Outras Despesas Financeiras	-30.481	-96.398	-23.844	-70.778
3.06.02.03	V.Cambial Passiva	-252	-1.422	-28.933	-115.410
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-38.753	6.911	-169.447	-304.766
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	21	63	19.713	65.493
3.08.02	Diferido	21	63	19.713	65.493
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-38.732	6.974	-149.734	-239.273
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-38.732	6.974	-149.734	-239.273
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	-0,7164	0,129	-2,7696	-4,426
3.99.01.02	ON	0,7164	0,129	-2,7696	-4,426
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	-0,3646	0,0656	-2,7696	-4,426
3.99.02.02	ON	-0,3646	0,0656	-2,0745	-3,315

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-38.753	6.974	-149.734	-239.273
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.763	-92.463	124.679	194.946
4.02.01	Ajustes de Conversão do Período	6.763	-92.463	124.679	194.946
4.03	Resultado Abrangente do Período	-31.990	-85.489	-25.055	-44.327

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	61.416	37.080
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.681	-44.253
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) Antes dos Impostos	6.911	-304.766
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	20.791	15.786
6.01.01.03	Perdas estimadas créd.de liquid.duvidosa	7.999	4.625
6.01.01.04	Provisão (reversão de prov.) de Estoques	5.297	4.000
6.01.01.05	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	68.017	19.546
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-88.018	149.586
6.01.01.07	Vlr.Residual do At.Não Circulante	444	295
6.01.01.08	Provisões para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	29.304	1.495
6.01.01.10	Variação Cambial	-1.244	62.177
6.01.01.11	Juros sobre Debêntures	3.180	3.003
6.01.03	Outros	8.735	81.333
6.01.03.01	Clientes	28.215	-39.157
6.01.03.02	Estoques	-12.554	27.197
6.01.03.03	Despesas Antecipadas	-1.135	-9.815
6.01.03.04	Impostos a Recuperar	-2.003	8.140
6.01.03.05	Outras Contas a Receber	2.388	1.765
6.01.03.06	Fornecedores	-48.559	65.702
6.01.03.07	Salários e Encargos a Pagar	3.213	7.110
6.01.03.08	Obrigações Fiscais e Tributárias	74.862	17.089
6.01.03.09	Sociedades Controladas e Ligadas	-2.042	35.922
6.01.03.10	Valores de Terceiros	-26.204	-44.713
6.01.03.11	Outras Contas a Pagar	-7.446	12.093
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-93	-37.532
6.02.01	Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	5.879	-226
6.02.02	Adições ao Ativo Imobilizado	-5.855	-37.044
6.02.07	Adições ao Intangível	-117	-262
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67.528	-2.550
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	392.288	78.223
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-459.816	-80.773
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.205	-3.002
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.828	12.958
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.623	9.956

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	795.142	100.014	0	-1.468.327	326.377	-246.794
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	100.014	0	-1.468.327	326.377	-246.794
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.180	0	0	0	3.180
5.04.08	Debêntures Conversíveis em Ações	0	3.180	0	0	0	3.180
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.680	-93.169	-85.489
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.974	0	6.974
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	706	-93.169	-92.463
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-92.463	-92.463
5.05.02.06	Adotação CPC do Custo Atribuído	0	0	0	706	-706	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.518	-1.518	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.518	-1.518	0
5.07	Saldos Finais	795.142	103.194	0	-1.459.129	231.690	-329.103

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	795.142	95.962	0	-1.094.404	143.032	-60.268
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	95.962	0	-1.094.404	143.032	-60.268
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.003	0	0	0	3.003
5.04.08	Debêntures Conversíveis em Ações	0	3.003	0	0	0	3.003
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-238.557	194.228	-44.329
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-239.273	0	-239.273
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	716	194.228	194.944
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	194.944	194.944
5.05.02.06	Adotação CPC do Custo Atribuído	0	0	0	716	-716	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.584	-1.584	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.584	-1.584	0
5.07	Saldos Finais	795.142	98.965	0	-1.331.377	335.676	-101.594

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	1.131.314	1.192.061
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.110.703	1.152.720
7.01.02	Outras Receitas	28.610	49.652
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.999	-10.311
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-784.195	-917.466
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-500.110	-659.356
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-283.494	-257.678
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-591	-432
7.03	Valor Adicionado Bruto	347.119	274.595
7.04	Retenções	-20.791	-15.786
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.791	-15.786
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	326.328	258.809
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	94.264	-94.325
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	88.018	-149.586
7.06.02	Receitas Financeiras	6.246	55.261
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	420.592	164.484
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	420.592	164.484
7.08.01	Pessoal	123.475	131.930
7.08.01.01	Remuneração Direta	85.801	93.153
7.08.01.02	Benefícios	28.255	29.181
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.419	9.596
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	184.932	73.841
7.08.02.01	Federais	83.293	-1.580
7.08.02.02	Estaduais	99.807	73.851
7.08.02.03	Municipais	1.832	1.570
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	105.211	197.986
7.08.03.01	Juros	76.322	62.543
7.08.03.02	Aluguéis	11.736	12.566
7.08.03.03	Outras	17.153	122.877
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.974	-239.273
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.974	-239.273

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	640.230	701.474
1.01	Ativo Circulante	258.576	296.326
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.808	17.939
1.01.01.01	Caixa e Bancos	14.773	17.939
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.035	0
1.01.03	Contas a Receber	145.894	190.101
1.01.03.01	Clientes	140.530	182.205
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	160.447	194.970
1.01.03.01.02	(-) Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	-19.917	-12.765
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.364	7.896
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	5.364	7.896
1.01.04	Estoques	83.121	77.758
1.01.04.01	Estoques	83.121	77.758
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.152	10.070
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.152	10.070
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	12.152	10.070
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.601	458
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.601	458
1.02	Ativo Não Circulante	381.654	405.148
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.593	32.478
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.861	7.740
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira	1.861	7.740
1.02.01.03	Contas a Receber	4	5
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4	5
1.02.01.06	Tributos Diferidos	22.180	21.034
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.180	21.034
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.170	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	2.170	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.378	3.699
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.609	1.930
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.769	1.769
1.02.03	Imobilizado	317.173	337.404
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	317.173	337.404
1.02.04	Intangível	34.888	35.266
1.02.04.01	Intangíveis	34.888	35.266
1.02.04.01.02	Intangíveis	34.888	35.266

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	640.230	701.474
2.01	Passivo Circulante	554.459	522.012
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.423	19.241
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.238	3.759
2.01.01.01.01	Encargos Sociais a Pagar	3.238	3.759
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.185	15.482
2.01.01.02.02	Provisão de Férias e 13º salário	19.185	15.482
2.01.02	Fornecedores	151.349	243.822
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	148.765	241.430
2.01.02.01.01	Fornecedores	148.765	241.430
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.584	2.392
2.01.03	Obrigações Fiscais	245.819	138.445
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	176.612	97.333
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	69	260
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Tributárias	176.543	97.073
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	69.085	41.064
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	69.085	41.064
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	122	48
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	111.079	89.094
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	111.079	89.055
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	111.079	89.055
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	39
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	0	39
2.01.05	Outras Obrigações	8.284	25.359
2.01.05.02	Outros	8.284	25.359
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	8.284	25.359
2.01.06	Provisões	15.505	6.051
2.01.06.02	Outras Provisões	15.505	6.051
2.01.06.02.04	Provisões Diversas	15.505	6.051
2.02	Passivo Não Circulante	414.874	426.256
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	26.427	49.321
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	26.427	49.321
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	26.427	49.321
2.02.02	Outras Obrigações	378.868	367.643
2.02.02.02	Outros	378.868	367.643
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	249.135	256.745
2.02.02.02.04	Valores a Pagar - Terceiros	380	27.835
2.02.02.02.05	Fornecedores	42.399	116
2.02.02.02.07	Provisão para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	86.954	82.947
2.02.04	Provisões	9.579	9.292
2.02.04.02	Outras Provisões	9.579	9.292
2.02.04.02.04	Provisões diversas	9.579	9.292
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-329.103	-246.794
2.03.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142
2.03.01.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.02	Reservas de Capital	103.194	100.014
2.03.02.07	Reservas de Capital	103.194	100.014
2.03.03	Reservas de Reavaliação	30.903	32.421
2.03.03.01	Controladas/Coligadas e Equiparadas	30.903	32.421
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.459.129	-1.468.327
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	65.215	65.921
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	135.572	228.035
2.03.07.01	Ajustes Acumulados de Conversão	135.572	228.035

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	263.438	821.570	292.257	843.931
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-147.459	-472.499	-181.631	-531.936
3.03	Resultado Bruto	115.979	349.071	110.626	311.995
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-119.896	-343.994	-125.524	-345.987
3.04.01	Despesas com Vendas	-94.411	-249.330	-89.837	-287.493
3.04.01.01	Despesas com Pessoal	-15.896	-49.103	-15.748	-49.828
3.04.01.02	Despesas com Propaganda	-370	-1.700	-1.212	-9.255
3.04.01.03	Despesas com Promoção de Vendas	-31.040	-83.191	-33.647	-110.198
3.04.01.04	Despesas com Fretes	-32.950	-88.418	-31.566	-91.039
3.04.01.06	Serviços de Terceiros	-2.227	-4.938	-1.937	-9.001
3.04.01.07	Despesas de Viagem	-555	-1.451	-722	-1.778
3.04.01.09	Despesas com Aluguéis	-2.633	-8.009	-2.838	-9.175
3.04.01.10	Outras Despesas	-8.740	-12.520	-2.167	-7.219
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.839	-59.231	-24.162	-62.067
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-10.026	-29.700	-13.845	-32.897
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-5.287	-15.179	-5.493	-14.398
3.04.02.03	Depreciação/Amortização	-2.820	-8.432	-2.677	-7.659
3.04.02.04	Energia e Comunicação	-400	-1.190	-668	-2.127
3.04.02.06	Despesas de Viagem	-13	-134	-96	-253
3.04.02.07	Despesas de Aluguéis	-127	-366	-77	-317
3.04.02.08	Outras Despesas	-1.166	-4.230	-1.306	-4.416
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	503	28.801	1.141	49.799
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	503	28.801	1.141	49.799
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.149	-64.234	-12.666	-46.226
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-6.149	-64.234	-12.666	-46.226
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.917	5.077	-14.898	-33.992
3.06	Resultado Financeiro	-35.165	821	-154.940	-271.662

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.06.01	Receitas Financeiras	1.445	143.451	758	7.048
3.06.01.01	Outras Receitas Financeiras	1.397	3.626	488	2.379
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	48	139.825	270	4.669
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.610	-142.630	-155.698	-278.710
3.06.02.01	Outras Despesas Financeiras	-30.583	-96.720	-23.940	-71.195
3.06.02.03	Variação Cambial Passiva	-6.027	-45.910	-131.758	-207.515
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-39.082	5.898	-169.838	-305.654
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	350	1.076	20.104	66.381
3.08.01	Corrente	-33	-70	-23	-235
3.08.02	Diferido	383	1.146	20.127	66.616
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-38.732	6.974	-149.734	-239.273
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-38.732	6.974	-149.734	-239.273
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-38.732	6.974	-149.734	-239.273
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	-0,7164	0,129	-2,7696	-4,426
3.99.01.02	ON	-0,7164	0,129	-2,7696	-4,426
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	-0,3646	0,0656	-2,7696	-4,426
3.99.02.02	ON	-0,3646	0,0656	-2,0745	-3,315

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-38.753	6.974	-149.734	-239.273
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.763	-92.463	124.679	194.946
4.02.01	Ajustes de Conversão do Período	6.763	-92.463	124.679	194.946
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-31.990	-85.489	-25.055	-44.327
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-31.990	-85.489	-25.055	-44.327

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.144	-959
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.818	-49.639
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) Antes dos Impostos	5.898	-305.654
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	26.128	21.247
6.01.01.03	Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	7.152	4.809
6.01.01.04	Provisão (reversão de provisão) de Estoques	6.486	4.044
6.01.01.05	Variação Cambial	-93.915	202.685
6.01.01.06	Vlr.Residual do At.Não Circulante	452	351
6.01.01.07	Provisões para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	29.164	8
6.01.01.09	Juros sobre empréstimos e financiamentos	68.273	19.868
6.01.01.12	Juros sobre Debêntures	3.180	3.003
6.01.03	Outros	14.326	48.680
6.01.03.01	Clientes	34.520	-40.349
6.01.03.02	Estoques	-11.849	29.848
6.01.03.03	Despesas Antecipadas	-1.143	-9.995
6.01.03.04	Impostos a Recuperar	-1.761	8.197
6.01.03.05	Outras Contas a Receber	2.733	1.645
6.01.03.06	Fornecedores	-50.190	68.580
6.01.03.07	Salários e Encargos a Pagar	3.182	7.237
6.01.03.08	Obrigações Fiscais e Tributárias	74.542	16.667
6.01.03.11	Partes relacionadas	-2.170	0
6.01.03.14	Valores de Terceiros	-26.204	-44.713
6.01.03.15	Outras Contas a Pagar	-7.334	11.563
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-93	-39.118
6.02.01	Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	5.879	-226
6.02.02	Adições ao Ativo Imobilizado	-5.855	-38.524
6.02.09	Adições ao Ativo Intangível	-117	-368
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-69.182	-2.093
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	392.288	80.041
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-461.470	-82.134
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.131	-42.170
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.939	52.672
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.808	10.502

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	795.142	100.014	0	-1.468.327	326.377	-246.794	0	-246.794
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	100.014	0	-1.468.327	326.377	-246.794	0	-246.794
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.180	0	0	0	3.180	0	3.180
5.04.08	Debêntures Conversíveis em Ações	0	3.180	0	0	0	3.180	0	3.180
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.680	-93.169	-85.489	0	-85.489
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.974	0	6.974	0	6.974
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	706	-93.169	-92.463	0	-92.463
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-92.463	-92.463	0	-92.463
5.05.02.06	Adotação do CPC do Custo Atribuído	0	0	0	706	-706	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.518	-1.518	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.518	-1.518	0	0	0
5.07	Saldos Finais	795.142	103.194	0	-1.459.129	231.690	-329.103	0	-329.103

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	795.142	95.962	0	-1.094.404	143.032	-60.268	0	-60.268
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	95.962	0	-1.094.404	143.032	-60.268	0	-60.268
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.003	0	0	0	3.003	0	3.003
5.04.08	Debêntures Conversíveis em Ações	0	3.003	0	0	0	3.003	0	3.003
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-238.557	194.228	-44.329	0	-44.329
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-239.273	0	-239.273	0	-239.273
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	716	194.228	194.944	0	194.944
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	194.944	194.944	0	194.944
5.05.02.06	Adotação do CPC do Custo Atribuído	0	0	0	716	-716	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.584	-1.584	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	1.584	-1.584	0	0	0
5.07	Saldos Finais	795.142	98.965	0	-1.331.377	335.676	-101.594	0	-101.594

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	1.140.708	1.205.820
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.119.059	1.167.754
7.01.02	Outras Receitas	28.801	49.799
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.152	-11.733
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-793.072	-935.673
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-504.826	-665.831
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-287.647	-269.219
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-599	-623
7.03	Valor Adicionado Bruto	347.636	270.147
7.04	Retenções	-26.128	-21.248
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.128	-21.248
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	321.508	248.899
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	143.451	-134.232
7.06.02	Receitas Financeiras	143.451	-134.232
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	464.959	114.667
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	464.959	114.667
7.08.01	Pessoal	125.670	134.475
7.08.01.01	Remuneração Direta	87.311	95.079
7.08.01.02	Benefícios	28.708	29.625
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.651	9.771
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	183.640	72.515
7.08.02.01	Federais	83.191	-1.262
7.08.02.02	Estaduais	98.555	72.142
7.08.02.03	Municipais	1.894	1.635
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	148.675	146.950
7.08.03.01	Juros	76.594	62.906
7.08.03.02	Aluguéis	9.189	10.298
7.08.03.03	Outras	62.892	73.746
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.974	-239.273
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.974	-239.273

Comentário do Desempenho



Senhores Acionistas,

A Administração da Bombril S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Informações Contábeis Intermediárias e o Relatório da Administração relativos ao terceiro trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

O cenário econômico do terceiro trimestre de 2016 permaneceu desafiador, frustrando as expectativas quanto a uma melhora da confiança da indústria e de novos investimentos para retomada de um ciclo econômico positivo. A finalização do processo de *impeachment* da presidente com a consequente mudança de governo, não foram suficientes para mudança de ânimo do investidor, permanecendo o clima de recessão e viés de alta da taxa de desemprego, o que afeta diretamente o consumo das famílias, além da mudança de perfil e racionalização de consumo.

No terceiro trimestre de 2016 a moeda brasileira apresentou uma leve desvalorização de 1,13% frente ao dólar norte-americano, em contrapartida fechou o mês de setembro de 2016 em R\$ 3,2462/US\$, com valorização de 16,87% frente a moeda norte-americana em 31 de dezembro de 2015, cotada a R\$ 3,9048/US\$ e valorização de 18,29% frente a moeda de 30 de setembro de 2015, cotada a R\$ 3,9729/US\$. Já o Comitê de Política Monetária (Copom), manteve a taxa básica de juros (SELIC) em 14,25% durante o terceiro trimestre de 2016.

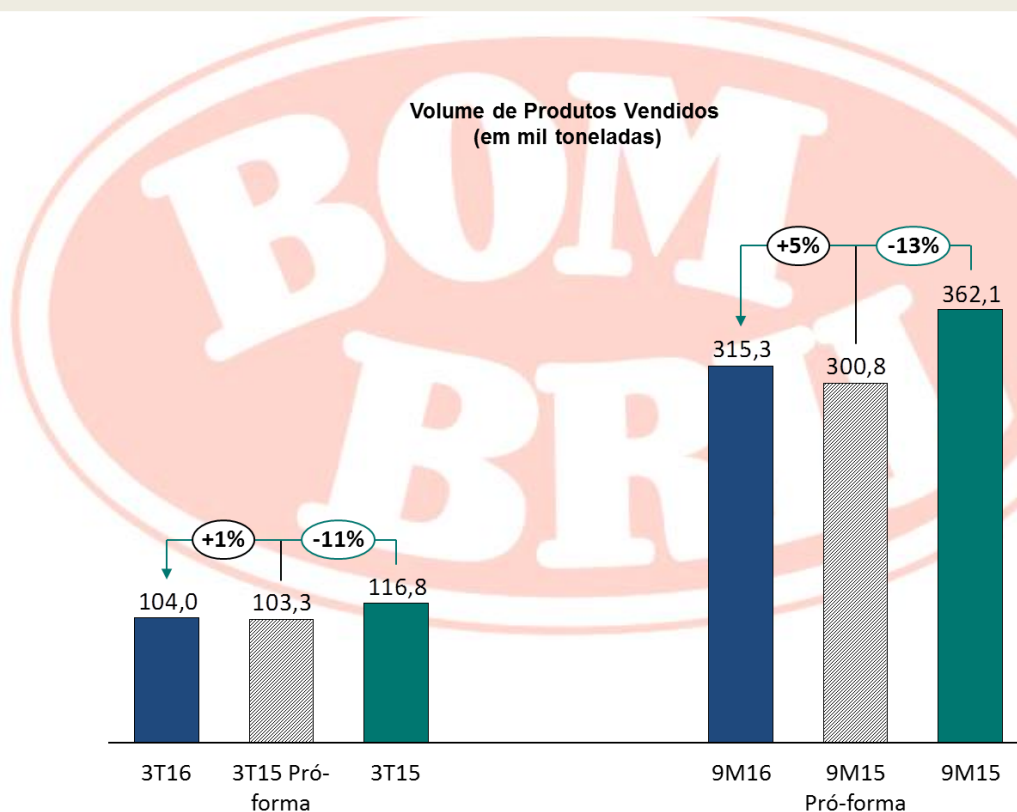
Apesar do cenário econômico do 3T16, a Companhia apresentou melhora na sua geração de caixa operacional de R\$ 12,3 milhões no período, quando comparada ao mesmo período de 2015. Diante do cenário desafiador, a Administração continua com as ações de reestruturação planejadas para 2016, dando sequência à captura de resultados positivos iniciada no 1T16.

Comentário do Desempenho

BOMBRIL DIVULGA RESULTADO CONSOLIDADO DO 3º TRIMESTRE DE 2016

A Bombril S/A (Bovespa: BOBR4), com 68 anos de atividade, atuando no segmento de indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam as seguintes marcas: Bombril, Limpol, Mon Bijou, Pinho Bril, Sapólio Radium, Kalipto, Vantage, Praticce, Lysoform, Ecologie, Dash, Out Inset entre outros, anuncia o resultado do terceiro trimestre de 2016.

- Bombril apresenta Resultado Bruto no 3T16 de R\$ 116,0 milhões; e EBITDA de
- R\$ 5,0 milhões, superior em R\$ 12,3 milhões em relação ao mesmo período de 2015.

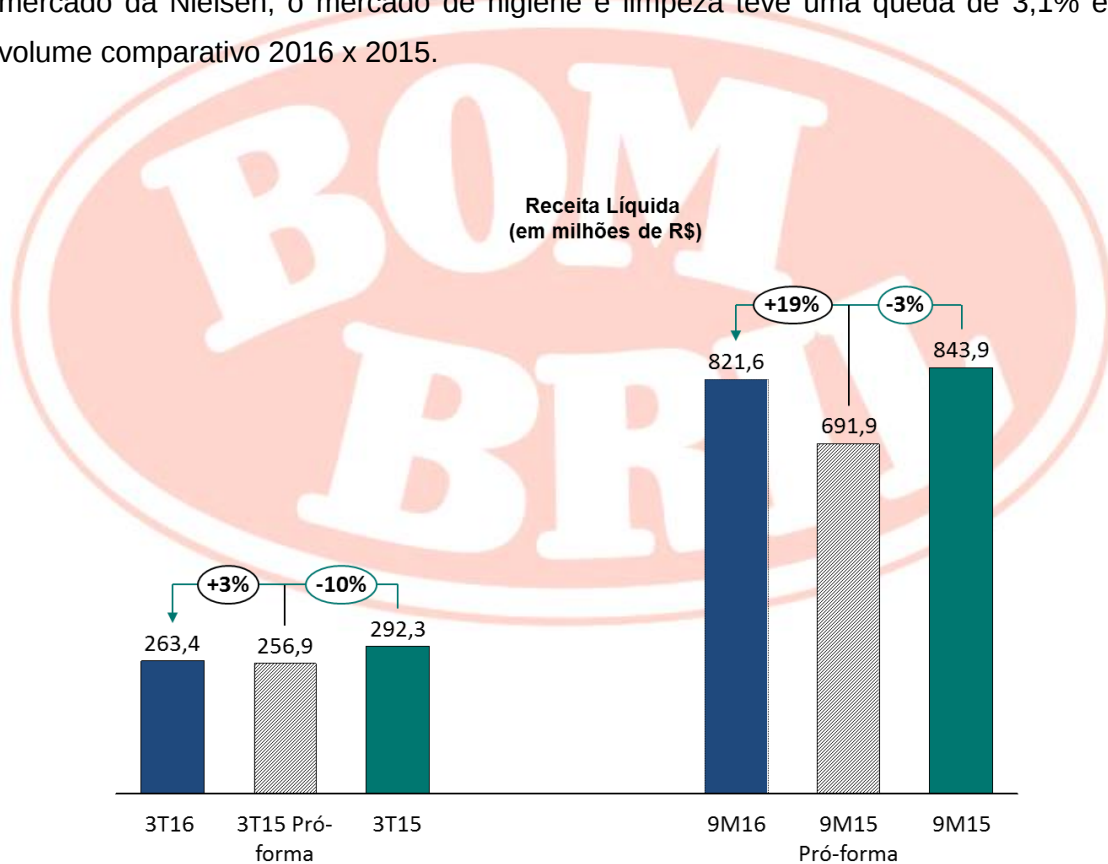


No 3T16, o volume de produtos vendidos foi de 104,0 mil toneladas, menor 11% em comparação ao mesmo período de 2015, o qual foi de 116,8 mil toneladas. A redução ocorreu devido ao plano de reestruturação da Companhia, com revisão do portfólio, focando em produtos de maior rentabilidade e maior potencial de desenvolvimento de negócios. Tal decisão permitiu importante melhoria na margem líquida da Companhia e consequentemente contribuiu para melhoria do EBITDA.

Comentário do Desempenho

Os efeitos de redução do portfólio no 3T15 totalizam 13,5 mil toneladas. Quando comparamos a mesma base de produtos do 3T16 vs. 3T15, 3T15 teria produzido 103,3 mil toneladas, e neste caso 3T16 apresentaria crescimento de volume de 1%.

No 9M16, o volume de produtos vendidos foi de 315,3 mil toneladas, apresentando uma redução de 13% em comparação ao mesmo período de 2015, o qual foi de 362,1 mil toneladas. Entretanto, considerando os reflexos no período de 9M15 dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizados ao final do exercício de 2015 (17,5 mil toneladas), e os reflexos do volume com a redução do portfólio em 2016 no 9M15 (43,8 mil toneladas), o volume de produtos vendidos em 9M15 teria sido 300,8 mil toneladas, assim 9M16 apresentaria um crescimento de 5% em comparação ao mesmo período de 2015. Importante destacar que de acordo com pesquisas de mercado da Nielsen, o mercado de higiene e limpeza teve uma queda de 3,1% em volume comparativo 2016 x 2015.

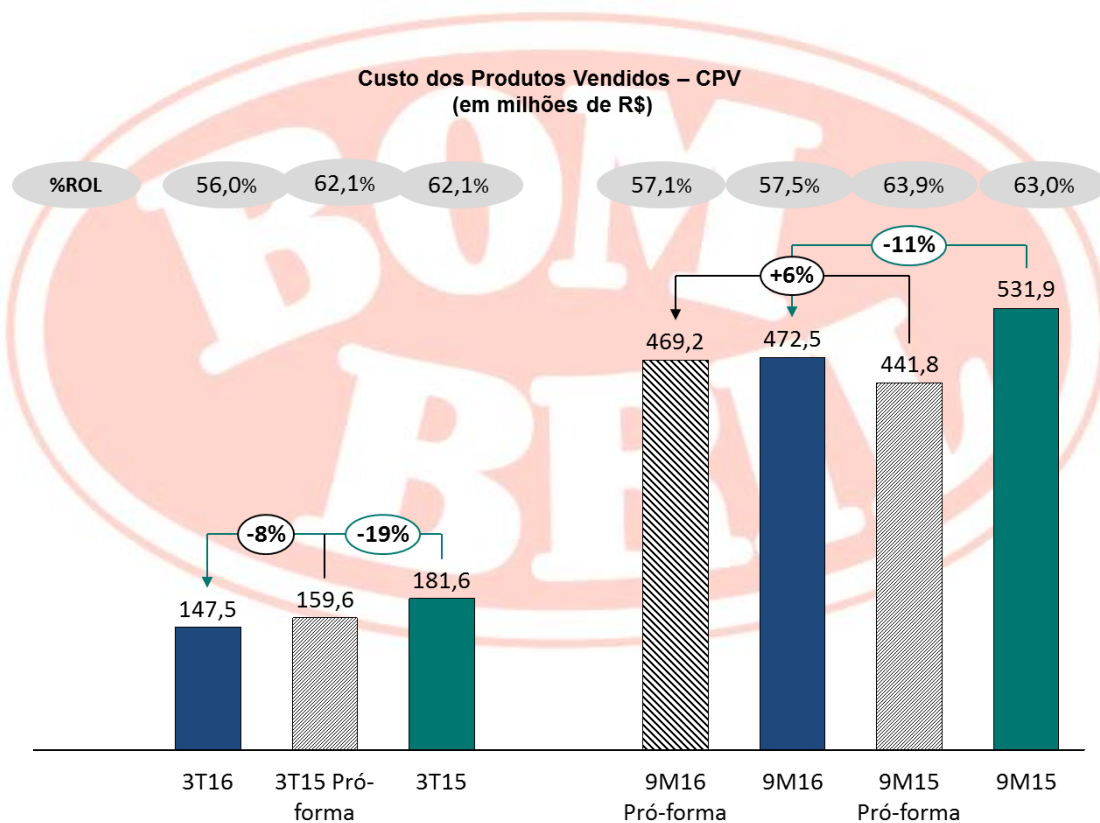


No 3T16, a Receita Líquida de Vendas da Companhia totalizou R\$ 263,4 milhões, apresentando uma redução de 10% em comparação ao mesmo período de 2015. Essa redução de Receita Líquida deveu-se ao menor volume de produtos vendidos e fatores descritos anteriormente comentado no tópico “volume”.

Comentário do Desempenho

Considerando os efeitos de redução do portfólio no 3T15 (R\$ 35,44 milhões), a Receita Líquida teria sido de 256,9 milhões, assim 3T16 apresentaria crescimento de 3% em comparação ao mesmo período de 2015.

No 9M16, a Receita Líquida de Vendas da Companhia totalizou R\$ 821,6 milhões, apresentando uma redução de 3% em comparação ao mesmo período de 2015. Considerando os reflexos no período do 9M15, dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizados ao final do exercício de 2015 (R\$ 45,5 milhões), comentado no tópico “volume”, e os efeitos de redução do portfólio (R\$ 106,5 milhões) no 9M15, a Receita Líquida do 9M15 ajustada seria de R\$ 691,9 milhões, assim 9M16 apresentaria um crescimento de 19% em comparação ao mesmo período de 2015.



No 3T16, o Custo dos Produtos Vendidos da Companhia totalizou R\$ 147,5 milhões, representando 56,0% da Receita Líquida, uma melhora de 6,1p.p. em comparação ao mesmo período de 2015, cujo percentual sobre Receita Líquida foi de 62,1%.

A melhora do CPV deveu-se basicamente à: (i) renegociações de preços de matérias primas; (ii) captura de oportunidades de redução de custos de produção (insumos,

Comentário do Desempenho

mão de obra, energia elétrica e etc.) dos principais produtos; e (iii) aumento de produtividade industrial.

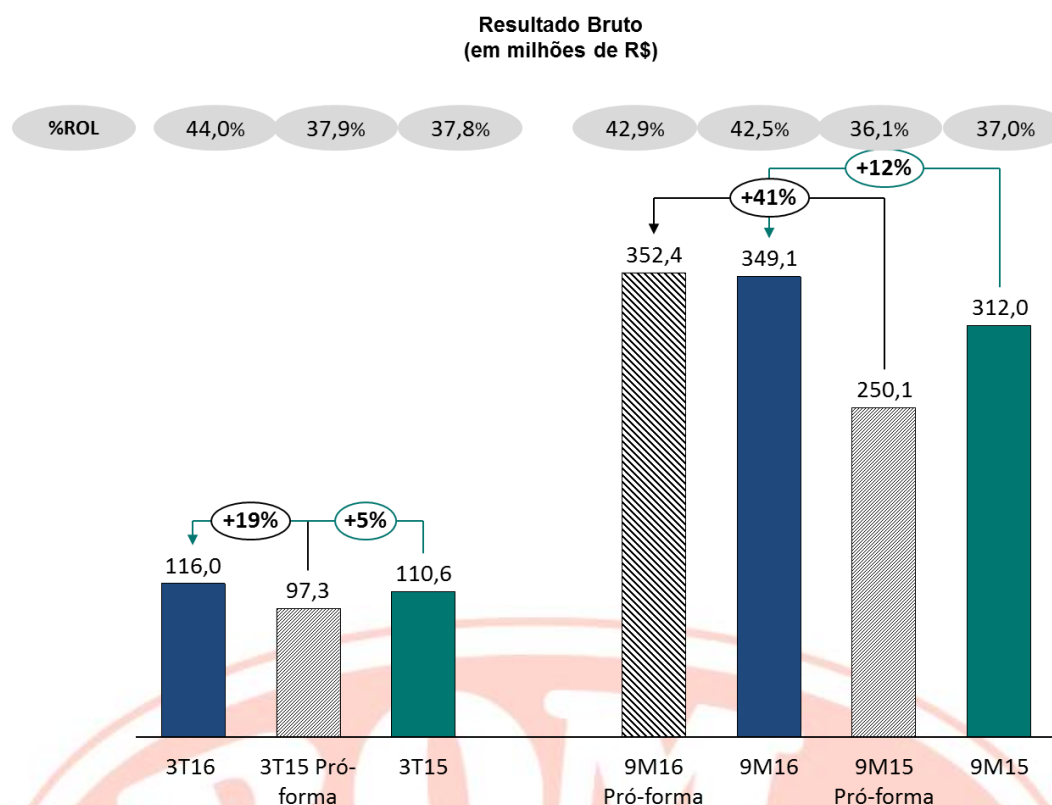
Considerando os efeitos de redução do portfólio no 3T15 (R\$ 22,0 milhões), o CPV teria sido de R\$ 159,6 milhões, assim 3T16 apresentaria uma melhora de 8% em comparação ao mesmo período de 2015.

No 9M16, o CPV da Companhia totalizou R\$ 472,5 milhões, representando 57,5% da Receita Líquida, contra 63,0% em comparação ao mesmo período de 2015, cujo CPV totalizou R\$ 531,9 milhões, apresentando uma melhora de 5,5 p.p..

Desconsiderando os efeitos não recorrentes da reestruturação ocorridos no 9M16, no montante de R\$ 3,3 milhões, o CPV seria de R\$ 469,2 milhões, representando 57,1% da Receita Líquida, e da mesma forma considerando os reflexos no período do 9M15, dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizadas ao final do exercício de 2015 (R\$ 23,0 milhões), e os efeitos de redução do portfólio (R\$ 67,1 milhões) no 9M15, o CPV teria sido de R\$ 441,8 milhões, assim 9M16 apresentaria um crescimento de 6% em comparação ao mesmo período de 2015, ainda assim apresentando uma melhora de 6,8p.p. em relação ao percentual sobre receita líquida.

A redução do percentual de receita líquida deveu-se principalmente aos mesmos fatores descritos anteriormente na análise comparativa dos trimestres.

Comentário do Desempenho



No 3T16, o Resultado Bruto da Companhia totalizou R\$ 116,0 milhões, representando 44,0% da Receita Líquida, um crescimento de 6,2p.p. em comparação ao mesmo período de 2015, cujo percentual sobre Receita Líquida atingiu 37,8%.

O crescimento do Resultado Bruto deveu-se principalmente a: (i) renegociações de preços de matérias primas; (ii) revisão do portfólio, focando em produtos com maior rentabilidade; e (iii) impacto no CPV em 19% proveniente da captura de oportunidades de redução de custos na composição dos principais produtos.

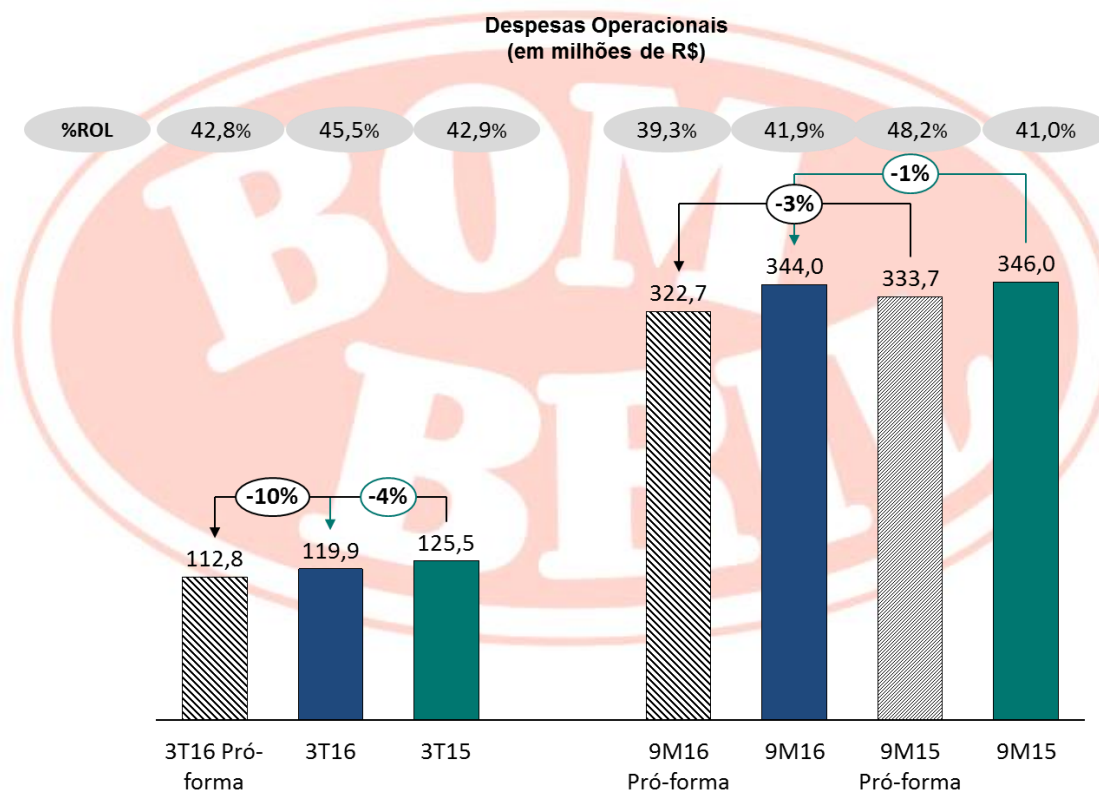
Considerando os mesmos produtos do portfólio de 2016 no 3T15 (R\$ 13,3 milhões), o Resultado Bruto teria sido de R\$ 97,3 milhões, assim 3T16 apresentaria uma melhora de 19% em comparação com o mesmo período de 2015.

No 9M16, o Resultado Bruto da Companhia totalizou R\$ 349,1 milhões, representando 42,5% da Receita Líquida, refletindo um crescimento de 12% em comparação ao mesmo período de 2015, R\$ 312,0 milhões, cujo percentual sobre Receita Líquida foi de 37,0%, 5,5p.p. menor que 2016.

Comentário do Desempenho

Desconsiderando os efeitos não recorrentes da reestruturação ocorridos no 9M16 (R\$ 3,3 milhões), o Resultado Bruto seria de R\$ 352,4 milhões, representando 42,9% da Receita Líquida, e da mesma forma considerando os reflexos no período do 9M15, dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizadas ao final do exercício de 2015 (R\$22,5 milhões), comentado no tópico “volume”, e os efeitos de redução do portfólio de 2016 (R\$ 39,4 milhões) no 9M15, o Resultado Bruto teria sido de R\$ 250,1 milhões, representando 36,1% da Receita Líquida, assim 9M16 apresentaria um crescimento de 41% em comparação com o mesmo período de 2015.

O crescimento deveu-se principalmente aos mesmos fatores descritos anteriormente na análise comparativa dos trimestres.



No 3T16, as Despesas Operacionais da Companhia totalizaram R\$ 119,9 milhões, apresentando uma redução de 4% em comparação ao mesmo período de 2015, representando 45,5% e 42,9% da Receita Líquida, respectivamente. Essa redução de Despesas Operacionais decorre da captura de oportunidades no processo de reestruturação, assim demonstrando a capacidade da Companhia em absorver os efeitos inflacionários.

Comentário do Desempenho

Ao desconsiderarmos os respectivos efeitos de reestruturação no 3T16 (R\$ 7,1 milhões), as Despesas Operacionais recorrentes totalizariam R\$ 112,8 milhões, assim representando 42,8% da Receita Líquida, melhor 0,1p.p. em comparação ao mesmo período de 2015.

No 9M16, as Despesas Operacionais da Companhia totalizaram R\$ 344,0 milhões, apresentando uma redução nominal de 1% em comparação ao mesmo período de 2015, representando 41,9% e 41,0% da Receita Líquida, respectivamente.

Entretanto, ao desconsiderarmos sobre o 9M16 as despesas com reestruturação (R\$ 21,3 milhões), de forma a comparar as informações sem efeitos não recorrentes, as despesas operacionais totalizariam R\$ 322,7 milhões, representando 39,3% sobre a Receita Líquida do período. Também nesse sentido, considerando os reflexos no período do 9M15, dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizadas ao final do exercício de 2015 (R\$ 12,3 milhões), comentado no tópico “volume”, as Despesas Operacionais seriam reduzidas, alcançando o montante de R\$ 333,7 milhões ou 48,2% sobre a Receita Líquida ajustada do mesmo período. Desta forma a comparação mais adequada do percentual das Despesas Operacionais sobre a Receita Líquida do 9M16 contra 9M15, apresentaria uma melhor performance em 8,9p.p. no período recente. Assim demonstrando a capacidade da Companhia em absorver os efeitos inflacionários que alcançaram “8,5%”¹ no período.

EBITDA (em milhões de R\$)

	3T16 Pró-forma	ROL %	3T16	ROL %	3T15	ROL %
Receita Líquida	263,4		263,4		292,3	
(=) Lucro / Prejuízo do Exercício	(31,6)	-12%	(38,7)	-15%	(149,7)	-51%
(-) IR / CS	(0,4)	0%	(0,4)	0%	(20,1)	-7%
(+/-) Resultado Financeiro	35,2	13%	35,2	13%	154,9	53%
(+) Depreciação/Amortização	8,9	3%	8,9	3%	7,6	3%
(=) Ebitda*	12,1	5%	5,0	2%	(7,3)	-3%

* EBITDA - indicador de natureza não contábil

¹ IPCA IBGE

Comentário do Desempenho

No 3T16 o EBITDA apresentou uma melhora de R\$ 12,3 milhões em relação ao mesmo período de 2015, representando 2% e -3%, respectivamente, sobre a Receita Líquida.

Ao desconsiderarmos os efeitos de reestruturação no 3T16 (R\$ 7,1 milhões), o EBITDA totalizaria R\$ 12,1 milhões, representando 5% da Receita Líquida e quando comparado ao 3T15, melhor em R\$ 19,4 milhões.

Conforme comentado anteriormente e refletido no crescimento do EBITDA, os principais fatores foram: (i) renegociações de preços de matérias primas; (ii) estratégia de mix de produtos e revisão de portfólio focada em maior rentabilidade; (iii) redução no CPV em 19% proveniente da captura de oportunidades de redução de custos na composição dos principais produtos; e (iv) capacidade da Companhia em absorver os efeitos inflacionários sobre as despesas.

EBITDA (em milhões de R\$)

	9M16 Pró-forma	ROL %	9M16	ROL %	9M15 Pró-forma	ROL %	9M15	ROL %
Receita Líquida	821,6		821,6		691,9		843,9	
(=) Lucro / Prejuízo do Exercício	31,6	4%	7,0	1%	(288,9)	-42%	(239,3)	-28%
(-) IR / CS	(1,1)	0%	(1,1)	0%	(66,4)	-10%	(66,4)	-8%
(+/-) Resultado Financeiro	(0,8)	0%	(0,8)	0%	271,7	39%	271,7	32%
(+) Depreciação/Amortização	26,1	3%	26,1	3%	21,2	3%	21,2	3%
(=) Ebitda*	55,8	7%	31,2	4%	(62,3)	-9%	(12,7)	-2%

* EBITDA - indicador de natureza não contábil

No 9M16 o EBITDA apresentou um aumento de R\$ 43,9 milhões em relação ao 9M15, representando 4% e -2%, respectivamente, sobre a Receita Líquida, uma melhora em 6p.p. do mesmo período do ano anterior.

Ao desconsiderarmos os efeitos de custos de reestruturação no 9M16 (R\$24,6 milhões), o EBITDA totalizaria R\$ 55,8 milhões. Também nesse sentido, considerando os reflexos no período do 9M15, dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizadas ao final do exercício de 2015, comentado no tópico “volume”, o EBITDA teria sido de -R\$ 62,3 milhões, melhor em R\$ 118,1 milhões.

Desta forma a comparação mais adequada do percentual do EBITDA sobre a Receita Líquida do 9M16 contra 9M15, apresentaria uma melhor performance em 16p.p..

Comentário do Desempenho

O crescimento deveu-se principalmente aos mesmos fatores descritos anteriormente na análise comparativa dos trimestres.

Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas (em milhões de R\$)

	3T16	3T15	9M16	9M15
Juros sobre empréstimos	(19,9)	(14,9)	(63,3)	(39,4)
Juros sobre impostos parcelados	(10,7)	(8,9)	(33,4)	(31,8)
Receitas financeiras	1,4	0,5	3,6	2,4
Variação cambial líquida	(6,0)	(131,5)	93,9	(202,8)
Total	(35,2)	(154,9)	0,8	(271,7)

O 3T16 apresentou como principal variação, no Resultado Financeiro Líquido, em relação ao mesmo período do ano anterior, a despesa de variação cambial líquida no montante de R\$ 125,5 milhões (R\$ 6,0 no 3T16 contra R\$ 131,5 milhões do 3T15). Esse resultado é decorrente da desvalorização do real frente ao dólar no período que atingiu “-1,1%”², enquanto no 3T15 a desvalorização da moeda nacional foi de “-28,1%”³, impactando as operações de atualização de Balanço entre Bombril S.A. e Bombril Overseas, em ambos os períodos.

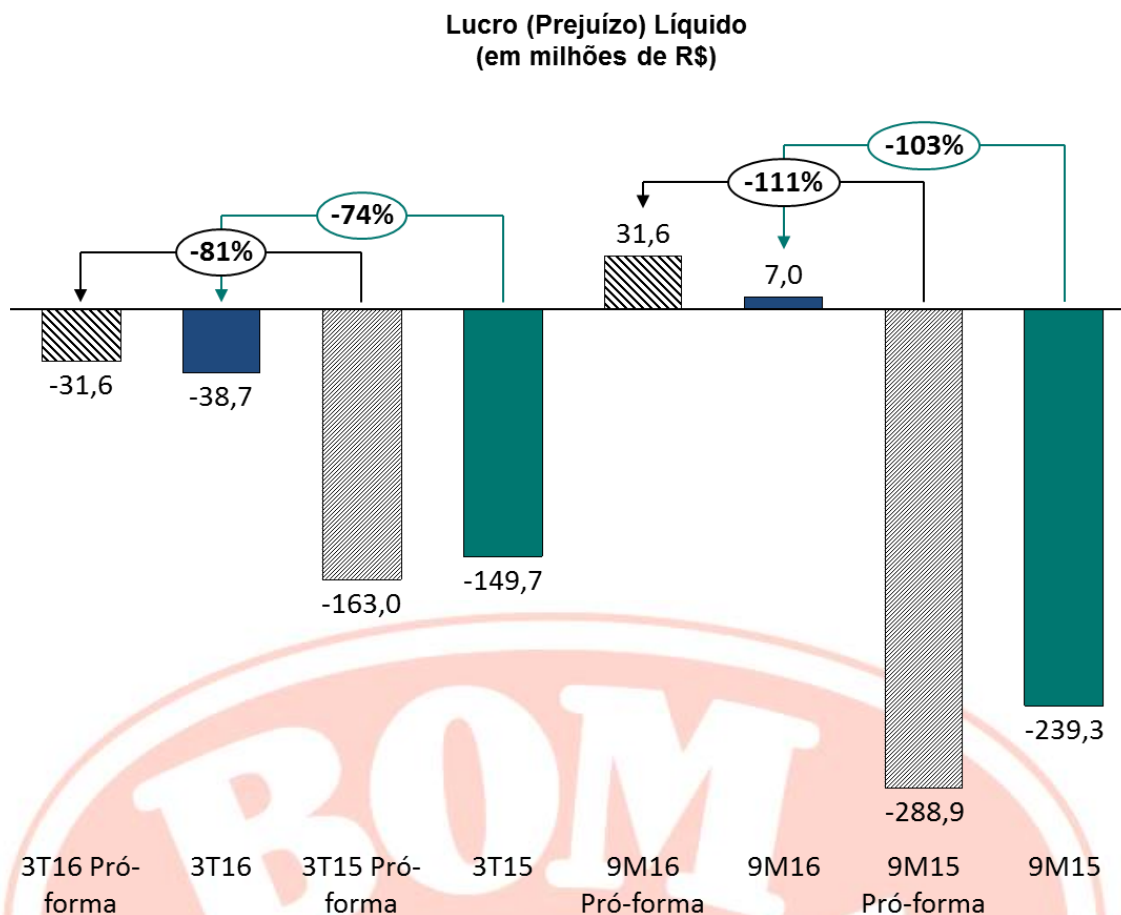
O 9M16 apresentou como principal variação, no Resultado Financeiro Líquido, em relação ao mesmo período do ano anterior, uma receita de variação R\$ 93,9 milhões, contra R\$ 202,8 milhões de despesa de variação cambial.

Esse resultado é proveniente da valorização do real frente ao dólar, de “16,9%”³, enquanto no 9M15 houve uma desvalorização de “49,6%”³, impactando as operações de atualização de Balanço entre Bombril S.A. e Bombril Overseas, em ambos os períodos.

É importante salientar que a variação cambial do dólar, neste caso não impacta o caixa e é neutralizada no Patrimônio Líquido da Companhia, por se tratar de operação *intercompany*.

² Base dólar BACEN

Comentário do Desempenho



O Prejuízo Líquido da Companhia no 3T16 foi de R\$ 38,7 milhões, uma recuperação de R\$ 111,0 milhões quando comparado ao Prejuízo Líquido de R\$ 149,7 milhões do 3T15, representando melhora de 74%.

Ao desconsiderarmos os efeitos de reestruturação no 3T16 de R\$ 7,1 milhões, o Prejuízo Líquido teria sido de R\$ 31,6 milhões, e os efeitos de redução do portfólio no 3T15, o Prejuízo Líquido teria sido de R\$ 163,0 milhões. Desta forma a comparação mais adequada do Prejuízo Líquido do 3T16 contra 3T15, representa uma recuperação de R\$131,4 milhões quando comparado ao Prejuízo Líquido do 3T15, representando melhora de 81%.

No 9M16, o Lucro Líquido da Companhia foi de R\$ 7,0 milhões, apresentando uma recuperação de R\$ 246,3 milhões quando comparado ao Prejuízo Líquido de R\$ 239,3 milhões do 9M15, representando melhora de 103%.

Comentário do Desempenho

Ao desconsiderarmos os efeitos das despesas não recorrentes de reestruturação no 9M16, R\$ 24,6 milhões, o Lucro Líquido alcançaria R\$ 31,6 milhões, e os efeitos dos ajustes de práticas contábeis realizadas ao final do exercício de 2015, comentado no tópico “volume”, e os efeitos de redução do portfólio, os quais levariam o resultado daquele período a um Prejuízo Líquido de R\$ 288,9 milhões. Desta forma a comparação mais adequada do Lucro (Prejuízo) Líquido do 9M16 contra 9M15, representa uma recuperação de R\$ 320,5 milhões, representando melhora de 111%.

Essa redução foi por decorrente de: (i) ações de reestruturação implementadas no 9M16, conforme mencionado no volume de produtos vendidos, CPV e Despesas operacionais; e (ii) resultado financeiro, cuja valorização do real frente ao dólar no período do 9M16 foi de “16,9%”³, enquanto no 9M15 refletiu uma desvalorização de “49,6%”⁴, impactando as operações de atualização de Balanço entre Bombril S.A. e Bombril Overseas, em ambos os períodos.

A SEGUIR QUADROS RESUMO DOS RESULTADOS E COMPARATIVOS DO 3T16 VS. 3T15 E DO 9M16 VS. 9M15.

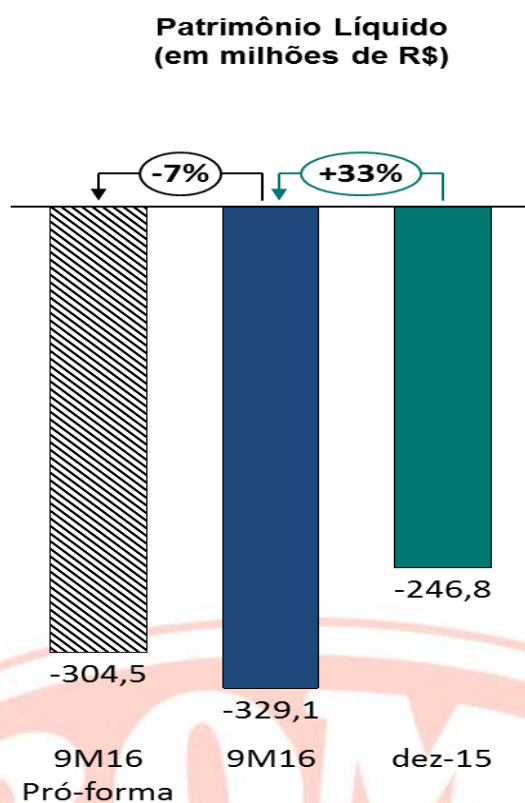
DRE - TRIMESTRE 3T16 e 3T15	3T16	3T16	3T15	3T15	AH- 3T16 Pró-forma vs. 3T15	
BOMBRIL S/A - Consolidado	Pró-forma	3T16	Pró-forma	3T15	\$mm	%
Receita Líquida	263,4	263,4	N/A	292,3	28,8	-10%
(-) CPV	(147,5)	(147,5)	N/A	(181,6)	34,2	-19%
Resultado Bruto	116,0	116,0	N/A	110,6	5,4	5%
Despesas/Receitas Operacionais	(112,8)	(119,9)	N/A	(125,5)	12,7	-10%
Resultado Financeiro Líquido	(35,2)	(35,2)	N/A	(154,9)	119,7	-77%
IRPJ/CSLL	0,4	0,4	N/A	20,1	(19,8)	
Lucro (Prejuízo) Líquido	(31,6)	(38,7)	N/A	(149,7)	118,1	-79%
EBITDA*	12,1	5,0	N/A	(7,3)	19,4	-265%

DRE 9 MESES - 9M16 e 9M15	9M16	9M16	9M15	9M15	AH- 9M16 Pró-forma vs. 9M15	
BOMBRIL S/A - Consolidado	Pró-forma	9M16	Pró-forma	9M15	\$mm	%
Receita Líquida	821,6	821,6	691,9	843,9	129,6	19%
(-) CPV	(469,2)	(472,5)	(441,8)	(531,9)	(27,4)	6%
Resultado Bruto	352,4	349,1	250,1	312,0	102,3	41%
Despesas/Receitas Operacionais	(322,7)	(344,0)	(333,7)	(346,0)	11,0	-3%
Resultado Financeiro Líquido	0,8	0,8	(271,7)	(271,7)	272,5	-100%
IRPJ/CSLL	1,1	1,1	66,4	66,4	(65,3)	
Lucro (Prejuízo) Líquido	31,6	7,0	(288,9)	(239,3)	320,5	-111%
EBITDA*	55,8	31,2	(62,3)	(12,7)	118,0	-190%

* EBITDA - indicador de natureza não contábil

³ Base dólar BACEN

Comentário do Desempenho



O Patrimônio Líquido da Companhia encerrou o 9M16 com saldo de R\$329,1 milhões negativo, aumentando o valor do passivo à descoberto em R\$ 82,3 milhões.

Esse efeito decorre do ajuste de conversão do Balanço da Bombril Overseas, no montante de R\$91,9 milhões (R\$ 52,4 no 1T16, R\$45,2 no 2T16 e R\$ -5,7 no 3T16), que são neutralizados no patrimônio líquido, esse mesmo efeito no Lucro Líquido não é neutralizado melhorando nosso Lucro Líquido no 9M16.

Comentário do Desempenho

PERSPECTIVAS

Ante o bom resultado do período findo de nove meses e comparação ao mesmo período do ano anterior, refletindo efeito das ações de reestruturação já implementadas, a Administração da Bombril está confiante que apesar das adversidades macroeconômicas, a força das marcas do portfolio da Companhia, da fidelidade e penetração dos seus produtos, somada a uma rígida gestão comercial de volume, preço, custos e caixa permitirá a captura de resultados e melhorias na operação, garantindo a trajetória de crescimento dos resultados. A Companhia continua trabalhando em conjunto com seus assessores financeiros na avaliação de alternativas estratégicas para rever seus processos e para fortalecer a sua estrutura de capital.

Dentre as alternativas avaliadas pela Companhia, inclui-se a prospecção de possíveis oportunidades relacionadas à contratação de um financiamento de longo prazo e à alienação de ativos não estratégicos, sendo certo, porém, que, até o presente momento, sequer foi tomada uma decisão relativa a qualquer dessas alternativas.

AUDITORIA EXTERNA

Os serviços de auditoria externa da Bombril são executados pela BDO RCS Auditores Independentes, tendo sido política da Companhia não contratar serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes, visando assegurar que não haja conflitos de interesse ou perda de independência ou objetividade no desenvolvimento de seus trabalhos.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Bombril agradece especialmente aos Acionistas, aos Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras pela confiança que seguem depositando na Companhia e particularmente aos seus colaboradores pela dedicação e compromisso com os resultados da Companhia.

São Bernardo do Campo, 7 de novembro de 2016.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016.

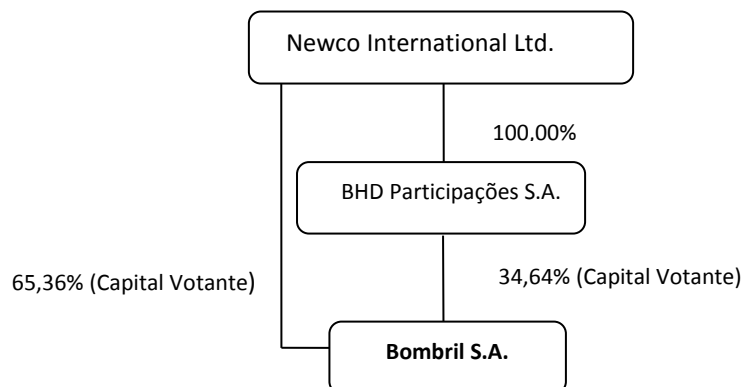
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bombril S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto listada na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código BOBR4, com sede e principal local de negócios na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. A Companhia também possui plantas produtivas nas cidades de Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco e Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais.

A Companhia atua no segmento da indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam: lã de aço, detergentes líquidos, saponáceos, desinfetantes, limpadores, lava-roupas, amaciantes e outros, os quais chegam à casa do consumidor por meio de marcas consagradas como Bombril, Limpol, Sapólio Radium, Pinho Bril, Pratices, MonBijou, Lysoform, Vantage entre outras.

A estrutura de controle da Companhia está representada, conforme segue:



Tendo em vista o cenário macroeconômico de 2016, os acionistas tomaram a decisão de promover ampla reestruturação operacional e financeira da Companhia, buscando melhor rentabilidade por produto, redução de custos e despesas visando ganho de eficiência, além de implementar melhores práticas de mercado para processos e controles internos.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão das presentes informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 07 de novembro de 2016, considerando eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem potencialmente produzir efeitos sobre estas informações contábeis consolidadas.

Notas Explicativas

2.1. Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards "IFRS") emitidos pela International Accounting Standards Board "IASB" e interpretações emitidas pela International Financial Reporting Interpretations Committee "IFRIC", implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" e suas interpretações "ICPC" e orientações "OCPC", aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM".

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis consolidadas.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as informações contábeis consolidadas individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Tendo em vista não existir diferença entre consolidado e controladora, o patrimônio líquido e o resultado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis consolidadas individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.2. Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis consolidadas da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas em períodos anteriores estão incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Porém, para o período em questão não houve controladas adquiridas ou alienadas. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as empresas consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as empresas consolidadas são eliminadas integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Essas informações contábeis consolidadas apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.

Controlada integral da Bombril S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP, tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios, além da participação societária direta de 100% no capital social da Bombril Mercosul S.A. e de 12,17% da Bombril Overseas Inc.

Notas Explicativas

Bombril Mercosul S.A.

Controlada indireta integral da Bombril S.A., por meio da empresa Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP. Atualmente, não desenvolve atividades industriais e, por decorrência, aluga o seu ativo imobilizado para a Companhia. Atualmente, possui 67,15% da Bril Cosméticos S.A.

Bombril Overseas Inc.

Controlada da Bombril S.A. com participação direta em 87,83% no seu capital social e participação indireta de 12,17% no seu capital social por meio da Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., a Bombril Overseas Inc. está constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas e com o objetivo social de explorar qualquer tipo de atividade empresarial permitida pela legislação daquele país.

Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. relativos aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2002 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reconstituídos pelos seus administradores, tendo por base cópias de documentos, contratos, planilhas de controle, etc. A Administração tem dedicado seus melhores esforços para as providências necessárias quanto à documentação original e demais assuntos ligados a essa controlada.

Bril Cosméticos S.A.

Constituída em 3 de maio de 2011, esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 32,85% e participação indireta de 67,15% no seu capital social por meio da Bombril Mercosul S.A. e atualmente possui 0,01% da Bril Store, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade o comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal.

Bril Store Comércio Digital Ltda.

Constituída em 27 de janeiro de 2015 esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 99,99% e participação indireta de 0,01% no seu capital social por meio da Bril Cosméticos S.A. com sede em São Bernardo do Campo - SP, tendo como principal atividade a comercialização no mercado varejista e/ou atacadista em geral, no País e/ou no exterior, de quaisquer bens e produtos no seguimento de limpeza e cosméticos, mediante a utilização de meios eletrônicos, em especial, da rede mundial de computadores. A empresa encerrou suas atividades operacionais em 31/03/2016, vide nota explicativa nº 13.

A participação societária da Bombril S.A. sobre suas controladas diretas e indiretas encontra-se da seguinte forma:

Controladas	Participação (%)			
	30.09.16		31.12.15	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	-	100%	-
Bombril Mercosul S.A.	-	100%	-	100%
Bombril Overseas Inc.	87,83%	12,17%	87,83%	12,17%
Bril Cosméticos S.A.	32,85%	67,15%	32,85%	67,15%
Bril Store Comércio Digital Ltda.	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%

Notas Explicativas

2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor de realização e ao valor presente, se relevante. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos/indiretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação, amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a

Notas Explicativas

resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa depreciação, que segue a vida útil do bem reavaliado. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

h. Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

i. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

j. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Imposto de renda e contribuição social diferido

(i) Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e

Notas Explicativas

contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(ii) Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas informações contábeis intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia venha a apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

l. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

m.1 Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Notas Explicativas

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Mensuração dos ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

m.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria nas informações contábeis consolidadas individuais e consolidadas.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

n. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Notas Explicativas

O. Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

P. Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

Q. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

R. Moeda funcional

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido.

S. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória à luz das IFRS.

Notas Explicativas

3. JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e créditos fiscais consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da Administração.

(ii) Teste de redução do valor recuperação de ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(iv) Vida útil dos bens

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício do relatório. Para maiores detalhes sobre a vida útil dos bens estimados vide nota explicativa nº 14.

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Caixa e Bancos	10.623	16.828	14.773	17.939
Aplicações Financeiras (a)	-	-	1.035	-
Total	10.623	16.828	15.808	17.939

(a) Substancialmente representado por aplicações de renda fixa e títulos privados com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) remuneradas entre 97,25% e 105%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Clientes	151.786	180.001	160.447	194.970
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(18.933)	(10.934)	(19.917)	(12.765)
Total	132.853	169.067	140.530	182.205

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente, terceirização da cobrança e em alguns casos cobrança judicial.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Período	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
A Vencer	113.150	74.594	114.485	79.377
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	13.335	33.307	13.480	34.600
De 31 a 60 dias	6.239	4.230	6.260	4.743
De 61 a 90 dias	4.254	8.116	4.405	8.400
De 91 a 180 dias	7.928	14.270	8.233	14.923
Acima de 181 dias	6.880	45.484	13.584	52.927
	151.786	180.001	160.447	194.970

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período encerrado em 30 de setembro de 2016 está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(7.133)	(7.525)
Adições	(3.801)	(5.240)
Reversões	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.934)	(12.765)
Adições	(8.145)	(8.342)
Reversões	146	1.190
Saldo em 30 de setembro de 2016	(18.933)	(19.917)

6. OUTROS ATIVOS

Outros ativos são compostos por despesas antecipadas, outras contas a receber e depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Adiantamento de empregados	2.117	1.594	2.143	1.616
Adiantamento a fornecedores	63	4.153	64	4.286
Depósito Judicial	1.769	1.769	1.769	1.769
Despesas antecipadas (a)	1.593	458	1.601	458
Outros	3.039	1.875	3.161	1.999
Total	8.581	9.849	8.738	10.128
Circulante	6.812	8.080	6.965	8.354
Não Circulante	1.769	1.769	1.773	1.774

(a) Outras despesas administrativas, consultorias e benefícios aos empregados.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Produtos acabados	27.129	41.863	27.758	42.518
Produtos em elaboração	724	569	724	569
Matérias-primas	11.090	12.205	11.090	12.205
Materiais de embalagem	14.738	17.874	14.738	17.874
Provisão para perda de estoque (a)	(5.297)	-	(6.486)	-
Adiantamento a fornecedores de estoques (b)	31.980	-	32.105	-
Importações em andamento	324	1.012	324	1.012
Outros	1.483	1.391	2.868	3.580
Total	82.171	74.914	83.121	77.758

(a) A provisão para perdas do estoque é calculada de acordo com a política da Companhia que consiste na análise do giro lento, estimativa de perda no inventário e data de vencimento dos produtos.

(b) O principal valor refere-se a adiantamento a fornecedor por meio as operações de fomento (vide nota explicativa nº 18), onde a Companhia antecipa sua carteira de recebíveis como forma de pagamento as operações com a fomentadora, BS Fomentos, através de duplicatas.

Notas Explicativas

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
IRPJ e CSLL a recuperar	3.522	3.361	3.583	3.680
ICMS a recuperar	8.338	7.226	8.445	7.313
Pis e Cofins a recuperar	1.283	651	1.525	898
IPI a recuperar	207	109	208	109
TOTAL	13.350	11.347	13.761	12.000
Circulante	11.741	9.417	12.152	10.070
Não Circulante	1.609	1.930	1.609	1.930

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Operações compromissadas	1.861	7.740	1.861	7.740
Total Não Circulante	1.861	7.740	1.861	7.740

As operações compromissadas estão atreladas às operações passivas da Companhia sendo remuneradas a taxas que variam entre 97,25% e 105% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), e serão mantidas até o vencimento das respectivas obrigações passivas.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora

10.1. Ativo

<u>Sociedades Controladas</u>	30.09.16	31.12.15
<u>Contas a Receber</u>		
Em moeda local:		
Bril Cosméticos S.A. (a)	21.193	20.435
Bril Store Ltda	58	22
BBLOG (b)	2.170	-
Não Circulante	23.421	20.457

(a) Transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre a Bombril S.A. e a Bril Cosméticos. As referidas operações são realizadas a preços e condições regulares de mercado.

(b) Empresa terceirizada para prestação de serviço de transporte rodoviário / logístico junto a Bombril S.A. e clientes, as prestações de serviço são realizadas a preços e condições regulares de mercado.

No consolidado temos R\$ 2.170 de partes relacionadas com a empresa de transportes BBLOG, não eliminado por não pertencer ao grupo societário da Companhia.

Notas Explicativas

10.2. Passivo

<u>Sociedades Controladas</u>	<u>30.09.16</u>	<u>31.12.15</u>
<u>Contas a Pagar</u>		
Em moeda estrangeira:		
Bombril Overseas Inc. (c)	501.449	501.449
Em moeda local:		
Bombril Mercosul S.A (d)	19.153	18.365
Brilmaq Empreendimentos Imobiliário S.A. (e)	1.013	1.030
Bril Store Ltda. (f)	151	-
Não Circulante	<u>521.766</u>	<u>520.844</u>

- (c) Em 1999, a Companhia emitiu duas tranches de notes, tendo como garantidora a empresa italiana Cirio Holding S.P.A. Em 18 de fevereiro de 1999, foi emitida a primeira tranche (Série 1) no valor de € 40 milhões, com taxa de juros de 8% ao ano e vencimento em 18 de fevereiro de 2007. A segunda tranche (Série 2) foi emitida em 27 de maio de 1999, no valor de € 60 milhões, com taxa de 9,25% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2007.

Do total das duas emissões de notas, aproximadamente 94% da Série 1 e 91% da Série 2 no montante de €92.160 mil, pertencia a controlada Bombril Overseas Inc., cujo processo de transferência da custódia encontra-se em andamento. Em 3 de março de 2005, por meio de decisão judicial, proferida em Luxemburgo, foi determinado ao tutelante (BNP Paribás) o arresto dos títulos em favor da Bombril Overseas Inc. Porém, em virtude de decisão judicial proferida em ação penal envolvendo estes títulos, em curso perante o Tribunal de Roma, ainda não foi possível a transferência da custódia deles para a controlada Bombril Overseas Inc. Embora a transferência da posse definitiva dependa da solução desses processos judiciais promovidos no exterior, as sociedades da Companhia Cirio, Cirio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Cirio Finance Luxembourg S.A., inclusive a Cirio Holding Luxembourg S.A., reconheceram a titularidade da Bombril Overseas Inc. e se comprometeram a tomar todas as providências necessárias para que seja efetuada a transmissão dos títulos, no âmbito de acordo firmado pela Companhia Cirio e a controladora Newco International Ltd. (controladora da Bombril S.A.). A Administração da Companhia estuda alternativas com o objetivo de equacionar a obrigação com sua controlada quando ocorrer a transferência definitiva dos títulos. A opinião dos assessores legais da Companhia, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada provável. Os eventos de arresto não estão sob o controle da Administração da controlada. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a controlada Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência, e declararam ser esta a efetiva titular dos Eurobonds.

c.1 Em março de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 1 a seguinte proposta de renegociação:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 12 parcelas semestrais, a partir de agosto de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2005.
- A incidência de juros cessa em fevereiro de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

Notas Explicativas

- Eliminação da cláusula de resgate antecipado (putoption).

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 1 [(€ 40 milhões)], em 30 de março de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 37.5 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 2.5 milhões].

c.2 No mês de abril de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 2 uma proposta de renegociação, conforme descrito a seguir:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 13 parcelas semestrais, a partir de maio de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre maio de 2004 e maio de 2005.
- A incidência de juros cessa em maio de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 2 [(€ 60 milhões)], em 27 de abril de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes a controlada Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 54.7 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 5.3 milhões].

c.3 As Notas Série 1 venceram-se em 17 de fevereiro de 2011 e as Notas Série 2 venceram-se em 27 de maio de 2011. A Companhia realizou o pagamento do saldo dos valores devidos em relação às Notas em poder no mercado, no valor de € 366.850,00 (trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta euros) para as Notas Série 1 e € 814.880,77 (oitocentos e quatorze mil oitocentos e oitenta euros e setenta e sete centavos) para as Notas Série 2.

A dívida representada pelas Notas de propriedade da controlada Bombril Overseas Inc., no valor de € 138.521.853,50 (cento e trinta e oito milhões quinhentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta centavos) foi repactuada com novo vencimento em 27 de maio de 2021, nos termos do Instrumento Particular de Confissão de Dívida datado de 30 de agosto de 2011, cujos efeitos retroagem à data de vencimento das Notas.

- (d) Contrato celebrado entre Bombril S.A. e Bombril Mercosul S.A. tem como base o arrendamento de bens.
- (e) Controlada integral da Bombril S.A., tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios. A variação em dezembro/15 é referente a transferência de recursos.
- (f) Controlada parcialmente pela Bombril S.A., tinha como principal atividade a comercialização no mercado varejista e/ou atacadista em geral, no País e/ou no exterior, de quaisquer bens e produtos no seguimento de limpeza e cosméticos, mediante a utilização de meios eletrônicos, em especial, da rede mundial de computadores. A Empresa encerrou suas atividades operacionais em 31/03/2016.

Notas Explicativas

10.3 Receitas e despesas com controladas para os períodos encerrados em 30 de setembro de 2016 e 2015.

	Operações comerciais		Variações cambiais líquidas	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Bombril Mercosul S.A (g)	(2.698)	(2.257)	-	-
Bril Cosméticos S.A (h)	3.974	6.096	-	-
Bril Store Ltda (i)	23	-	-	-
Bombril Oversea Inc. (j)	-	-	-	(54.439)
Total	1.299	3.839	-	(54.439)

(g) As transações com a controlada, Bombril Mercosul, referem-se a receitas com alugueis de terrenos, prédios e maquinários utilizados nas operações da Bombril S.A.

(h) São as transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre a Bombril S.A. e a Bril Cosméticos.

(i) São as transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre Bombril S.A e Bril Store.

(j) As transações de variações cambiais junto à controlada Bombril Overseas Inc. referem-se a ajustes de conversão sobre os saldos do Guaranteed Note Program.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal está fixado até o limite de R\$ 9.452 para o exercício de 2016, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016. O montante pago até 30 de setembro de 2016 foi de R\$ 5.195 (R\$ 5.153 em 30 de setembro de 2015), que correspondem a benefícios de curto prazo. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

12. VALORES A RECEBER E A PAGAR DE TERCEIROS

Controladora

12.1. Ativo

Sociedades	30.09.16	31.12.15	Juros e atualização	Garantia
<u>Valores a receber</u>				
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital				
Investment Brasil S.A. (a)	49.414	49.414	100% do CDI	Cirio Holding S.p.A
Cirio Brasil S.A (a)	12.822	12.822	100% do CDI	BHD Participação S.
Cirio Brasil S.A (a)	294	280	1% am	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda	1.789	1.681	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	64.319	64.197		
Provisão para perdas	(64.319)	(64.197)		
Total	-	-		

Notas Explicativas

12.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>30.09.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>Atualização</u>	<u>Garantia</u>
Em moeda estrangeira:				
Euro				
Societá Sportiva Lázio (b)	-	27.491	-	-
Em moeda local:				
Agropecuária Cirio Ltda	380	344	100% do CDI	-
Total	380	27.835		

Consolidado

12.3. Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>30.09.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
<u>Valores a receber</u>				
Em moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano:				
C&P Cap. Invest.N.V. (a)	481.636	579.352	10% a.a.	-
C&P Overseas Ltda (a)	1.022.206	1.229.595	10,25% a.a.	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A (a)	49.414	49.413	100% do CDI	Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A
C & P Overseas Ltda (a)	183.142	183.142	100% do CDI	-
Cirio Brasil S.A (a)	12.822	12.822	100% do CDI	-
Cirio Brasil S.A (a)	294	280	1% am	BHD Participação S.A
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.789	1.682	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	1.751.303	2.056.286		
Provisão para perdas	(1.751.303)	(2.056.286)		
Total	-	-		

12.4. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>30.09.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
Em moeda estrangeira:				
Euro				
Societá Sportiva Lázio (b)	-	27.491	-	-
Em moeda local:				
Agropecuária Cirio Ltda	380	344	100% do CDI	-
Total	380	27.835		

(a) Compreende valores a receber e pagar junto a empresas relacionadas do antigo acionista controlador. Os ativos foram totalmente provisionados para perda e os passivos estão sendo mantidos devidamente atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de origem da dívida, e permanecerão desta forma até a conclusão do processo de liquidação judicial em que estas empresas estão envolvidas.

Notas Explicativas

(b) A Companhia reverteu o valor a pagar com a Società Sportiva Lázio ("Lázio"), em sua totalidade no montante de R\$ 27.491 mil. Os Administradores da Bombril em conjunto com seus assessores jurídicos entendem não haver mais nenhum risco de exigibilidade. Essa avaliação e conclusão é consubstanciada pela legislação cível italiana e suas respectivas regras para o período de prescrição.

A referida provisão para perdas está composta da seguinte forma:

Empresas	30.09.16		31.12.15	
	Bombril S/A	Bombril Overseas Inc	Bombril S/A	Bombril Overseas Inc
C&P Overseas Ltda	-	1.205.348	-	1.412.737
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A	49.414	-	49.414	-
C&P Capital Invest. NV	-	481.636	-	579.352
Cirio Brasil S.A	13.116	-	13.102	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda	1.789	-	1.681	-
Total	64.319	1.686.984	64.197	1.992.089

12.5 Outras considerações

Quando da posse do atual acionista controlador, a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as empresas relacionadas ao antigo acionista controlador. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades Italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas e manutenção dos passivos nos termos acima mencionados.

13. INVESTIMENTOS

13.1 Composição

	Controladora	
	30.09.16	31.12.15
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	207.650	211.409
Bombril Overseas Inc	443.039	442.863
Bril Cosméticos S.A.	477	1.345
Bril Store Comércio Digital Ltda (a)	42	37
Ágio por rentabilidade futura - Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	7.935	7.935
Total	659.143	663.589

(a) Empresa encerrou as atividades operacionais em 31/03/2016, considerando a irrelevância dos saldos, não foram divulgadas as informações requisitadas pela norma contábil CPC 31 "Ativos não circulante mantido para venda e operação descontinuada".

Notas Explicativas

13.2 Movimentação

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc.	Bril Cosméticos S.A.	Bril Store Comércio Digital Ltda.	Ágio - Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	212.880	395.406	3.555	-	7.935	619.776
Equivalência Patrimonial	(24.141)	(116.233)	(2.220)	37	-	(142.557)
Efeitos de variação cambial sobre o investimento no exterior	22.680	163.690	-	-	-	186.370
Transação de capital	(10)	-	10	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	211.409	442.863	1.345	37	7.935	663.589
Equivalência Patrimonial	7.493	81.388	(868)	5	-	88.018
Efeitos de variação cambial sobre o investimento no exterior	(11.252)	(81.212)	-	-	-	(92.464)
Saldo em 30 de Junho de 2016	207.650	443.039	477	42	7.935	659.143

13.3 Principais informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas:

	30.09.2016							31.12.15			
	Ativo	Passivo	Capital Social	Receita Líquida	Participação direta no capital social	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Equivalência Patrimonial	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Equivalência Patrimonial
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários	212.318	4.668	160.330	-	100,00%	207.650	7.494	7.493	211.409	(24.141)	(24.141)
Bombril Mercosul S.A.	203.468	53.777	101.375	2.448	-	149.691	(3.848)	-	153.539	(8.162)	-
Bril Cosméticos S.A.	34.409	32.957	33.000	11.680	32,85%	1.451	(2.641)	(868)	4.092	(6.759)	(2.220)
Bril Store Comércio Digital Ltda.	158	116	1	55	99,90%	42	6	5	37	37	37
Bombril Overseas Inc.	505.805	1.381	1.153.054	-	87,83%	504.424	92.663	81.388	504.224	(132.337)	(116.233)
	956.158	92.899	1.447.760	14.183		863.258	93.674	88.018	873.301	(171.362)	(142.557)

14. IMOBILIZADO

14.1 Composição do imobilizado

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média anual (%)	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
		Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos		-	-	94.192	94.192
Edifícios	2	205	209	61.767	63.219
Instalações	3 a 50	10.911	11.811	10.942	11.848
Máquinas e equipamentos	3 a 50	84.363	89.756	105.015	114.246
Móveis e utensílios	10 a 50	1.528	1.564	1.536	1.573
Veículos	17 a 25	204	358	209	363
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50	1.951	1.936	1.985	1.991
Imobilizações em andamento (a)	-	4.341	13.976	4.343	13.979
Benfeitorias em imóveis da Controlada	4 a 8	36.980	35.794	36.980	35.794
Outros bens	20	203	193	204	199
Total		140.686	155.597	317.173	337.404

(a) Em 30 de setembro de 2016, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se principalmente aos seguintes projetos: (i) atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de embalagem; e (ii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.

Nos anos de 2005 e 2006, a controlada Bombril Mercosul S.A. reavaliou bens do ativo imobilizado resultando em uma mais valia a época de R\$ 89.503 tendo como contra partida a conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio líquido. O saldo remanescente das reavaliações em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 46.822 (R\$ 49.123 em 31 de dezembro de 2015), cuja realização tem ocorrido mediante sua depreciação, a qual é calculada pelo método linear consoante laudo técnico emitido por peritos independentes.

Notas Explicativas

14.2 Movimentação Controladora

Custo	Edifícios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de proc. de dados	Imob. em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	313	20.215	131.866	3.689	1.381	4.983	28.305	32.575	310	223.637
Adições	-	2.033	19.353	47	-	141	6.256	10.230	36	38.096
Baixas	-	(11)	(756)	(40)	(40)	(56)	(1)	-	-	(904)
Transferências	-	730	12.712	73	30	597	(20.584)	1.849	-	(4.593)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	313	22.967	163.175	3.769	1.371	5.665	13.976	44.654	346	256.236
Adições	-	333	3.131	5	52	85	1.818	406	25	5.855
Baixas	-	-	(331)	(8)	(634)	(20)	-	-	(15)	(1.008)
Transferências	-	309	6.314	177	-	463	(11.453)	2.375	51	(1.764)
Saldo em 30 de Setembro de 2016	313	23.609	172.289	3.943	789	6.193	4.341	47.435	407	259.319

Depreciação e Amortização Acumulada	Edifícios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de proc. de dados	Imob. em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(97)	(9.299)	(58.503)	(1.919)	(855)	(3.241)	-	(7.160)	(90)	(81.164)
Adições	(7)	(1.864)	(15.344)	(314)	(194)	(542)	-	(1.700)	(63)	(20.028)
Baixas	-	7	428	28	36	54	-	-	-	553
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(104)	(11.156)	(73.419)	(2.205)	(1.013)	(3.729)	-	(8.860)	(153)	(100.639)
Adições	(4)	(1.542)	(14.533)	(217)	(87)	(521)	-	(1.595)	(59)	(18.558)
Baixas	-	-	26	7	515	8	-	-	8	564
Saldo em 30 de Setembro de 2016	(108)	(12.698)	(87.926)	(2.415)	(585)	(4.242)	-	(10.455)	(204)	(118.633)
Saldo líquido em Dezembro de 2014	216	10.916	73.363	1.770	526	1.742	28.305	25.415	220	142.473
Saldo líquido em Dezembro de 2015	209	11.811	89.756	1.564	358	1.936	13.976	35.794	193	155.597
Saldo líquido em Setembro de 2016	205	10.911	84.363	1.528	204	1.951	4.341	36.980	203	140.686

14.3 Movimentação do Consolidado

Custo	Terreno	Edifícios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de proc. de dados	Imob. em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	94.192	87.624	26.527	244.881	8.218	1.513	7.788	28.668	32.575	320	532.306
Adições	-	-	2.033	21.218	47	-	141	5.895	10.229	37	39.600
Baixas	-	-	(11)	(1.417)	(51)	(39)	(76)	-	-	-	(1.594)
Transferências	-	-	730	12.712	72	30	597	(20.584)	1.850	-	(4.593)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	94.192	87.624	29.279	277.394	8.286	1.504	8.450	13.979	44.654	357	565.719
Adições	-	-	333	3.131	5	52	85	1.818	406	25	5.855
Baixas	-	-	-	(333)	(22)	(675)	(84)	-	-	(25)	(1.139)
Transferências	-	-	309	6.314	177	-	463	(11.454)	2.375	51	(1.765)
Saldo em 30 de Setembro de 2016	94.192	87.624	29.921	286.506	8.446	881	8.914	4.343	47.435	408	568.670

Depreciação e Amortização Acumulada	Terreno	Edifícios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. de proc. de dados	Imob. em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-	(22.467)	(15.513)	(143.622)	(6.379)	(982)	(5.965)	-	(7.160)	(92)	(202.180)
Adições	-	(1.938)	(1.925)	(20.560)	(374)	(194)	(566)	-	(1.700)	(66)	(27.323)
Baixas	-	-	7	1.034	40	35	72	-	-	-	1.188
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	-	(24.405)	(17.431)	(163.148)	(6.713)	(1.141)	(6.459)	-	(8.860)	(158)	(228.315)
Adições	-	(1.452)	(1.548)	(18.371)	(217)	(87)	(539)	-	(1.595)	(60)	(23.869)
Baixas	-	-	-	28	20	556	69	-	-	14	687
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Setembro de 2016	-	(25.857)	(18.979)	(181.491)	(6.910)	(672)	(6.929)	-	(10.455)	(204)	(251.497)
Saldo líquido em Dezembro de 2014	94.192	65.157	11.014	101.259	1.839	531	1.823	28.668	25.415	228	330.126
Saldo líquido em Dezembro de 2015	94.192	63.219	11.848	114.246	1.573	363	1.991	13.979	35.794	199	337.404
Saldo líquido em Setembro de 2016	94.192	61.767	10.942	105.015	1.536	209	1.985	4.343	36.980	204	317.173

15. INTANGÍVEL

15.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes (a)	-	-	18.422	18.430
Software (b)	8.515	8.867	8.531	8.901
Ágio Milana Industrial e Comercial Brasileira e Sanientes Ltda (c)	-	-	7.935	7.935
Total	8.515	8.867	34.888	35.266

(a) Refere-se ao custo pago pela aquisição das marcas (Ecologie, Natural Pro e Aquatress, entre outras) relacionadas aos produtos comercializados pela controlada Bril Cosméticos S.A.

Notas Explicativas

- (b) A amortização dos softwares está sendo realizada no período de cinco anos.
- (c) Os ágios decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Patrimônio líquido das controladas incorporadas, Milana Industrial e Milana Trade apurado na data de aquisição estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados das respectivas investidas, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período de 5 anos. Análises do valor de recuperação do ágio são efetuadas no mínimo anualmente com base nas projeções de resultados futuros. A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as unidades geradoras de caixa denominadas químicos.

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 18,23% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores foram projetados a partir de crescimento do volume de vendas conforme projeção do PIB e o crescimento dos preços e custos conforme projeção do IPCA. A fonte de informação utilizada para esses índices foi o Focus – Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

15.2 Movimentação – Controladora

Software	Custo	Amortização	Saldo Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	13.527	(8.349)	5.178
Adições	1.139	(2.043)	(904)
Baixas	(5)	5	-
Transferências	4.593	-	4.593
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	19.254	(10.387)	8.867
Adições	117	(2.233)	(2.116)
Baixas	-	-	-
Transferências	1.764	-	1.764
Saldo em 30 de setembro de 2016	21.135	(12.620)	8.515

Notas Explicativas

Movimentação –Consolidado

Custo	Marcas e Patentes	Software	Ágio Milana	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	18.335	27.295	8.452	54.082
Adições	106	1.139	-	1.245
Baixas	-	(17)	-	(17)
Transferências	-	4.593	-	4.593
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	18.441	33.010	8.452	59.903
Adições	-	117	-	117
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	1.764	-	1.764
Saldo em 30 de setembro de 2016	18.441	34.891	8.452	61.784
Amortização	Marcas e Patentes	Software	Ágio Milana	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(5)	(22.058)	(517)	(22.580)
Adições	(6)	(2.068)	-	(2.074)
Baixas	-	17	-	17
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(11)	(24.109)	(517)	(24.637)
Adições	(8)	(2.251)	-	(2.259)
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2016	(19)	(26.360)	(517)	(26.896)
Saldo líquido em Dezembro de 2014	18.330	5.237	7.935	31.502
Saldo líquido em Dezembro de 2015	18.430	8.901	7.935	35.266
Saldo líquido em Setembro de 2016	18.422	8.531	7.935	34.888

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Fornecedores - matéria-prima	150.144	198.965	151.145	200.795
Fornecedores - transporte	39.983	40.105	39.990	40.635
Fornecedores - exterior	1.203	732	2.584	2.392
Fornecedores - finance a fabricante	29	116	29	116
Total	191.359	239.918	193.748	243.938

16.1. Por vencimento

	Controladora		Consolidado	
Intervalo	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
A vencer	154.046	157.076	155.614	159.608
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	27.362	47.194	27.423	47.390
De 31 a 60 dias	9.951	17.974	10.058	18.243
De 61 a 90 dias	-	4.542	1	4.633
De 91 a 180 dias	-	5.474	78	5.726
Acima de 180 dias	-	7.658	574	8.338
	191.359	239.918	193.748	243.938
Circulante	148.960	239.802	151.349	243.822
Não circulante (a)	42.399	116	42.399	116

(a) No período de 2016, a Companhia firmou com seus principais fornecedores o contrato de repactuação do valor devido, que serão pagos em até 36 meses.

Notas Explicativas

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.15	30.09.2016	31.12.15
Provisão de férias e 13 Salario	18.859	15.158	19.185	15.482
Encargos sociais a pagar	3.190	3.678	3.238	3.759
Total	22.049	18.836	22.423	19.241

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1. Composição

	Taxa média anual de encargos %	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			30.09.2016	31.12.15	30.09.2016	31.12.15
<u>Em moeda local:</u>						
Arrendamento Mercantil	-	Dez/2016	-	39	-	39
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,81	Jul/2017 a Set/2021	14.093	16.850	19.121	23.264
		Out/2016 a				
Capital de giro	22,54	Abr/2021	46.054	115.112	46.054	115.112
Operação de Fomento (a)	3,5*	Out/2016	71.000	-	71.000	-
Conta Garantida (b)	26,82		1.331	-	1.331	-
Total			132.478	132.001	137.506	138.415
Circulante			109.345	87.224	111.079	89.094
Não circulante			23.133	44.777	26.427	49.321
<i>* por operação</i>						

(a) As operações com fomento são utilizadas para pagamento de fornecedores e também como adiantamento de fornecedores para compra de matéria prima. Atualmente a Companhia utiliza como forma de pagamento duplicatas a receber, normalmente com prazo médio de repasse à fomentadora de 12 dias e taxa de 3,5% a.m.

(b) A Conta Garantida tem o prazo de vencimento indeterminado, pois a cada 180 dias ocorre a análise de crédito para continuidade da operação.

Garantias

Os empréstimos em moeda local estão garantidos por equipamentos, recebíveis de vendas futuras e avais da Companhia e suas controladas.

As operações da Companhia junto a fomentadora, BS Fomentos, estão garantidos por Marcas (Kalipto e NO ar) e estoques, no montante de R\$21.405.

Notas Explicativas

Parcela não circulante

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.15	30.09.2016	31.12.15
2017	700	-	700	-
2018	3.750	17.516	4.488	17.516
2019	5.880	-	7.223	1.270
2020	5.839	14.627	7.051	16.499
2021	6.964	12.634	6.965	14.036
Total	23.133	44.777	26.427	49.321

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

19.1. Controladora

	Circulante		Não circulante		Total	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Parcelamento - Refis IV (a)	63.674	54.385	158.097	160.881	221.771	215.266
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (b)	2.485	2.353	796	2.515	3.281	4.868
PEP - Programa Especial de Parcelamento (c)	5.136	2.755	16.186	16.900	21.322	19.655
Parcelamento ICMS (d)	17.659	32.715	28.716	36.369	46.375	69.084
Parcelamentos PIS/COFINS (e)	10.578	8.074	22.150	26.241	32.728	34.315
Parcelamento IPI (f)	5.395	4.236	11.649	13.839	17.044	18.075
Parcelamento INSS (g)	3.221	-	11.541	-	14.762	-
ICMS a recolher	43.599	2.985	-	-	43.599	2.985
IPI a recolher	32.943	5.961	-	-	32.943	5.961
ISS a recolher	109	35	-	-	109	35
PIS/COFINS a recolher	52.285	15.170	-	-	52.285	15.170
IRPJ/CSLL a recolher	-	-	-	-	-	-
INSS e IRRF a recolher	8.346	9.131	-	-	8.346	9.131
Total	245.430	137.800	249.135	256.745	494.564	394.545

19.2. Consolidado

	Circulante		Não circulante		Total	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Parcelamento - Refis IV (a)	63.674	54.385	158.097	160.881	221.771	215.266
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (b)	2.485	2.353	796	2.515	3.281	4.868
PEP - Programa Especial de Parcelamento (c)	5.136	2.755	16.186	16.900	21.322	19.655
Parcelamento ICMS (d)	17.659	32.715	28.716	36.369	46.375	69.084
Parcelamentos PIS/COFINS (e)	10.578	8.074	22.150	26.241	32.728	34.315
Parcelamento IPI (f)	5.395	4.236	11.649	13.839	17.044	18.075
Parcelamento INSS (g)	3.221	-	11.541	-	14.762	-
ICMS a recolher	43.806	3.242	-	-	43.806	3.242
IPI a recolher	32.962	5.971	-	-	32.962	5.971
ISS a recolher	122	48	-	-	122	48
PIS/COFINS a recolher	52.358	15.262	-	-	52.358	15.262
IRPJ/CSLL a recolher	69	260	-	-	69	260
INSS e IRRF a recolher	8.356	9.144	-	-	8.356	9.144
Total	245.819	138.445	249.135	256.745	494.954	395.190

a) REFIS IV

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses, previsto pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 simplesmente denominado de “REFIS IV”. A migração dos débitos dos parcelamentos anteriores acima mencionados, para o “REFIS IV” representou a redução da parcela mensal em 15% e a

Notas Explicativas

possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses "REFIS IV" dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 14.819, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores, assim como os novos débitos parcelados, ambos no âmbito da Lei nº. 11.941/09 foram objeto de consolidação pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 30 de junho de 2011.

O saldo da dívida consolidado da Companhia era de aproximadamente R\$281.843 em 30 de junho de 2011, ao passo que o valor consolidado pelas autoridades fiscais na mesma data foi de R\$187.049. A diferença de valores consolidados foi objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia, que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários eram aqueles consolidados pela RFB e PGFN no âmbito das modalidades de parcelamento da Lei 11.941, de R\$187.049 em 30.06.2011, acrescidos dos débitos de CPMF em aberto que totalizavam R\$10.363.

A possibilidade de inclusão dos débitos de CPMF não consolidados pela RFB e PGFN no âmbito do "REFIS IV" foi discutida em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia e a provisão integral dos valores foi mantida.

Em 09 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, que tratou, dentre outros assuntos, da reabertura do prazo para inclusão de débitos no Refis IV. Em tal ocasião, a Companhia optou pelo recolhimento à vista do montante relativo a CPMF, em 31 de dezembro de 2013, no valor total de R\$ 6.062 importando na redução total de R\$4.944.

Dentro do contexto desta nova lei, além dos débitos relativos a CPMF acima mencionados, no momento da reabertura do prazo para inclusão de débitos no referido Programa de Parcelamento, a Companhia optou, também, pela inclusão dos seguintes débitos adicionais:

- PIS: Com relação aos débitos relativos ao PIS, que foram objeto de parcelamento ordinário no âmbito da PGFN em julho de 2013, diante da previsão legal para transferência do saldo do parcelamento ordinário, a Companhia optou pela migração ao Refis IV, sendo que o saldo de R\$ 6.389, com as reduções previstas, totalizou em dezembro de 2013 o montante de R\$ 3.393.

- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior: Com base na opinião dos assessores jurídicos, em dezembro de 2013 a Companhia deliberou aderir ao acordo de refinanciamento de tributos federais (REFIS) referente ao pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido da controlada no exterior BB Overseas incidentes sobre o lucro apurado para o ano de 2002.

A Companhia possui ação judicial na qual contesta a tributação (a) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas nos anos de 1996 a 2001, antes da sua efetiva disponibilização; (b) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas no ano de 2002 e seguintes, antes da sua efetiva disponibilização; e (c) do resultado positivo de equivalência patrimonial correspondente à variação cambial do investimento detido na BB Overseas. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL em discussão nessa ação judicial se encontram com a exigibilidade suspensa, por força de decisão judicial.

Em 2013 foi publicado o resultado do julgamento da ADIN 2.588, na qual o Supremo Tribunal Federal decidiu pela (i) invalidade da tributação dos lucros acumulados até 2001 por controladas no exterior antes da efetiva disponibilização, estejam ou não sediadas em paraíso fiscal (aplicável aos lucros da BB Overseas acumulados até dezembro de 2001); e pela (ii) validade da tributação dos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal

Notas Explicativas

(aplicável aos lucros da BB Overseas – sediada nas Ilhas Virgens Britânicas – auferidos a partir de 2002).

Em face do impacto desfavorável que a decisão dessa ADIN teria em relação a parcela do crédito tributário discutido na ação judicial proposta pela Companhia, especificamente no que concerne à tributação dos lucros apurados pela BB Overseas a partir do ano de 2002, nossos assessores jurídicos entenderam que seria iminente a probabilidade de perda parcial dessa ação, quanto a esta parcela do crédito tributário. E em razão de tal entendimento recomendaram a desistência parcial da ação e liquidação desse crédito tributário – de IRPJ e CSLL – mediante aproveitamento dos benefícios (descontos de juros de mora e multa) previstos pelo artigo 40 da Lei 12.865/13; ou, subsidiariamente, previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

Como o parcelamento previsto pelo artigo 40 da Lei 12.865/13 estava condicionado ao pagamento de uma entrada no montante de 20% (vinte por cento) dos créditos tributários a serem parcelados, a Companhia deliberou por aderir ao parcelamento previsto pelo artigo 1º da Lei 11.941/09, para liquidação dessa parcela do crédito tributário em discussão na ação judicial, em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas ajustadas pela SELIC, com redução de 60% de multa e 25% de juros de mora. O impacto do reconhecimento do REFIS em 2013 foi de R\$ 120.192, sendo R\$ 57.377 de impostos, R\$ 89.108 de despesas financeiras e outras despesas operacionais e R\$ (26.293) de benefício fiscal.

Considerando a reabertura do prazo de que trata o § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (REFIS IV) definida pelo art. 34 pela Medida Provisória 651, em dezembro de 2014 a Companhia optou por incluir débitos no montante de R\$ 14.614, mediante aproveitamento dos benefícios previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

A Administração da Companhia destaca que optou pela inclusão destes valores no modelo previsto pelo programa denominado REFIS IV, dada sua vantagem econômica com reduções (60% da multa de mora; 25% dos juros de mora e 100% de encargos), somada a possibilidade de parcelamento em até 180 meses, além de não ser exigido um percentual de entrada para o parcelamento.

Os valores da dívida perante RFB em dezembro de 2009, após a conciliação com os valores efetivamente consolidados pela RFB, e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

	Controladora	Consolidado
PAEX	333.224	335.893
Processos administrativos e judiciais	14.819	14.881
IPI - Medida Provisória nº 470 (a.1)	98.747	98.747
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(145.255)	(145.931)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(90.702)	(91.783)
Inclusão de novos débitos até 31/12/2014	138.199	138.199
Juros do período de 2009 a 31/12/2014	61.660	61.859
(-) Pagamentos efetuados até 31/12/2014	(172.908)	(174.081)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.14	<u>237.784</u>	<u>237.784</u>
Juros no período findo em 31.12.15	21.956	21.956
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.15	(44.474)	(44.474)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.15	<u>215.266</u>	<u>215.266</u>
Juros no período findo em 30.09.16	14.448	14.448
(-) Pagamentos no período findo em 30.09.16	(7.943)	(7.943)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 30.09.16	<u>221.771</u>	<u>221.771</u>

a.1) IPI – Medida Provisória nº 470

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de pagamento à vista com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL, nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009, dos débitos decorrentes da apropriação de

Notas Explicativas

créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A adesão ao pagamento à vista nos termos da Medida Provisória nº. 470 prevê a redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que representa uma redução no total da dívida de R\$ 58.211. A liquidação do débito remanescente de R\$ 40.535, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aguarda homologação pela RFB e PGFN.

b) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

O saldo remanescente do PPI em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 3.281 (R\$ 4.868 em 31 de dezembro de 2015), conforme Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses, ao débito serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

c) PEP

Em 29 de maio de 2013, a Companhia formalizou a opção pelo Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 58.811 de 28 de dezembro de 2012.

O saldo em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 21.322 (R\$ 19.655 em 31 de dezembro de 2015), para débitos parcelados em 120 meses, com acréscimo financeiro de 1% a.m.

d) ICMS

Em 2014 e 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário na SEFAZ dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Curitiba, Pernambuco e Rio de Janeiro. O saldo remanescente em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 46.375 (R\$69.084 em 31 de dezembro de 2015).

e) PIS / COFINS

Em 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário junto a RFB em 60 meses e em 30 de setembro de 2016 o montante é de R\$ 32.728 (R\$ 34.315 em 31 de dezembro de 2015).

f) IPI

Em 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário junto a RFB em 60 meses e em 30 de setembro de 2016 o montante é de R\$ 17.044 (R\$ 18.074 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), e) e f) e das condições dos mesmos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

Notas Explicativas

g) INSS

Em Maio/2016 foi formalizado o parcelamento de INSS das competências de Outubro/2015 a Março/2016 junto a RFB em 60 meses, totalizando um montante parcelado de R\$ 15.412.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos: Nas informações contábeis intermediárias consolidadas individuais, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, nos casos em que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

b) Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas.

Abaixo demonstramos a estimativa da realização dos ativos diferidos:

Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Ativos diferidos	3.802	8.255	9.050	9.155	8.428	33.005	71.695

c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 30 de setembro de 2016, não foram reconhecidos nas informações contábeis intermediárias créditos tributários no valor de R\$ 101.487 oriundos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias geradas. O não reconhecimento destes créditos se deve basicamente a falta de geração de resultados tributáveis nos próximos exercícios, os quais, estão fundamentados pelas projeções de resultados realizadas pela Administração da Companhia. De acordo com a legislação tributária vigente no Brasil não há prazo para a prescrição dos prejuízos fiscais.

20.1. Composição do resultado

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
IRPJ/CSLL corrente	-	-	(70)	(235)
Imposto de renda e contribuição social Diferido:				
IRPJ/CSLL diferido	63	65.493	1.146	66.616
Total - IRPJ / CSLL	63	65.493	1.076	66.381

Notas Explicativas

20.2. Apuração do IRPJ e da CSLL com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Lucro líquido / (Prejuízo) antes dos impostos	6.911	(304.766)	5.898	(305.654)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(2.350)	103.620	(2.005)	103.922
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes	-	(1.417)	-	(1.508)
Equivalência patrimonial	29.926	(50.859)	-	-
Outros	2.246	(1.063)	1.335	(3.335)
Efeito do imposto de renda sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais cujos (créditos) débitos não foram registrados anteriormente	(372)	-	(372)	-
Crédito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(29.387)	-	(29.387)	-
Imposto diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecido em exercícios anteriores	-	15.212	-	15.212
Efeito das controladas tributadas pelo lucro presumido e isentas	-	-	31.505	(47.910)
Receita / (Despesa) de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	63	65.493	1.076	66.381
Alíquota efetiva	-1%	21%	-18%	22%

20.3. Movimentação dos ativos e passivos do IRPJ e da CSLL diferido

Controladora

Ativo diferido	31.12.2014	Reconhecido no resultado	31.12.2015	Reconhecido no resultado	30.09.2016
Prejuízo fiscal e base negativa	34.683	74.255	108.938	26.645	135.583
Credito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	-	(72.100)	(72.100)	(29.387)	(101.487)
Contingências tributárias	4.014	9.304	13.318	(462)	12.856
Contingências cíveis	3.183	920	4.103	935	5.038
Contingências trabalhistas	4.031	(299)	3.732	(52)	3.680
Participação no lucros	1.795	(1.784)	11	1.993	2.004
Outras contas a pagar	637	(13)	624	1.633	2.257
Provisão para perdas de créditos	3.354	(577)	2.777	0	2.777
Provisão para perda nos estoques	-	-	-	1.801	1.801
Outros	11.348	(1.056)	10.292	(3.107)	7.185
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	63.045	8.650	71.695	(1)	71.694
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(17.079)	17.079	-	-	-
Deemed cost	(1.004)	84	(920)	64	(856)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(18.083)	17.163	(920)	64	(856)
Imposto Diferido Líquido	44.962	25.813	70.775	63	70.838

Notas Explicativas

Consolidado

Ativo diferido	31.12.2014	Reconhecido no resultado	31.12.2015	Reconhecido no resultado	30.09.2016
Prejuízo fiscal e base negativa	34.683	74.255	108.938	26.645	135.583
Credito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	-	(72.100)	(72.100)	(29.387)	(101.487)
Contingências tributárias	4.014	9.304	13.318	(462)	12.856
Contingências cíveis	3.183	920	4.103	935	5.038
Contingências trabalhistas	4.031	(299)	3.732	(52)	3.680
Participação no lucro	1.795	(1.784)	11	1.993	2.004
Outras contas a pagar	637	(13)	624	1.633	2.257
Provisão para perdas de créditos	3.354	(577)	2.777	0	2.777
Provisão para perda nos estoques	-	-	-	1.801	1.801
Outros	11.348	(1.056)	10.292	(3.107)	7.185
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	63.045	8.650	71.695	-	71.694
Variação cambial não realizada	(17.079)	17.079	-	-	-
Reavaliação (Mercosul)	(17.769)	1.067	(16.702)	782	(15.920)
Deemed cost	(34.450)	491	(33.959)	365	(33.594)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(69.298)	18.637	(50.661)	1.147	(49.514)
Imposto Diferido Líquido	(6.253)	27.287	21.034	1.146	22.180

21. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Benefícios a empregados (a)	2.903	4.019	2.911	4.019
Honorários advocatícios (b)	9.579	9.292	9.579	9.292
Outras (c)	12.532	1.867	12.594	2.032
Total	25.014	15.178	25.084	15.343
Circulante	15.435	5.886	15.505	6.051
Não Circulante	9.579	9.292	9.579	9.292

(a) Benefícios a empregados - Representada substancialmente pela provisão sobre o montante do banco de horas passível de compensação.

(b) Honorários advocatícios - Provisão de honorários advocatícios sobre os processos de compra e venda de títulos e tributação sobre lucros de controlada no exterior, conforme descrito na nota explicativa n. 23.

(c) Outras - Provisão referente à: (i) participação dos colaboradores nos resultados da Companhia; (ii) consultorias de reestruturação; e (iii) outras obrigações.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Comerciais	4.736	19.854	5.831	20.743
Energia Elétrica	2.141	3.432	2.141	3.432
Outras	311	1.181	312	1.184
Total	7.188	24.467	8.284	25.359

Notas Explicativas

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para estes riscos.

Em 30 de setembro de 2016, estão provisionados os montantes de R\$ 86.346 (controladora) e de R\$ 86.954 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 30 de setembro de 2016, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Trabalhistas	10.825	10.977	11.355	11.646
Cíveis	47.127	41.183	47.127	41.183
Fiscais	28.394	30.040	28.472	30.118
Total	86.346	82.200	86.954	82.947

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31.12.14	11.857	38.479	6.269	56.605	12.439	38.479	6.345	57.263
Constituição de provisão	2.273	3.361	28.633	34.267	2.360	3.361	28.634	34.355
Baixas	(3.153)	(657)	(4.861)	(8.671)	(3.153)	(657)	(4.861)	(8.671)
Saldo em 31.12.15	10.977	41.183	30.040	82.200	11.646	41.183	30.118	82.947
Constituição de provisão (a)	139	5.944	23.512	29.595	-	5.944	23.512	29.456
Baixas	(291)	-	-	(291)	(291)	-	-	(291)
Transferência (b)	-	-	(25.158)	(25.158)	-	-	(25.158)	(25.158)
Saldo em 30.09.16	10.825	47.127	28.394	86.346	11.355	47.127	28.472	86.954

- (a) Constituição de provisão na Controladora Bombril no período no montante de R\$139 mil, em contrapartida houve reversão no mesmo montante na Bril Cosméticos, assim não demonstrando impacto para fins de Consolidado.
- (b) Em agosto/16 a Companhia identificou que o débito constante do PA 16327.001267/2005-94, não obstante constar da listagem de contingências tributárias, na realidade havia sido incluído em data anterior no Programa de Parcelamento instituído pela Lei n.º 11.941/2009 – “Refis da Crise”, estando pendente de consolidação, conforme petição apresentada à Receita Federal do Brasil em 14 de março de 2016. Por esta razão, houve a reclassificação contábil da obrigação, saindo da conta de passivo contingente para lançamento em parcelamentos/impostos a pagar.

Contingências Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Notas Explicativas

Contingências Cíveis

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$ 49.026, sendo R\$ 14.183 possível e R\$ 34.843 provável.

O montante de R\$ 34.843, considerado como provável em 30 de setembro de 2016 (R\$ 32.309 em 31 de dezembro de 2015) encontra-se devidamente provisionados nas informações contábeis consolidadas da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$ 3.987.962 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 4.001.066 em 31 de dezembro de 2015). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Trabalhistas	5.768	8.217	5.801	8.279
Cíveis	30.085	41.899	30.085	41.899
Fiscais	3.942.152	3.939.474	3.952.076	3.950.888
Total	3.978.005	3.989.590	3.987.962	4.001.066

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.950.174 atualizados setembro de 2016), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 444.046 relativos ao ano de 1998, R\$ 442.326 relativos ao ano de 1999, R\$ 2.270.641 relativos ao ano de 2000 e R\$ 793.161 relativos ao ano de 2001.

Notas Explicativas

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011, a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor. Em 28 de fevereiro de 2013, foi proferida decisão determinando a realização de perícia judicial para avaliação de bens integrantes do ativo da Companhia. Foi proferida decisão nos autos do Agravo de Instrumento nº 0007190-09.2011.4.03.0000, declarando ilegal a penhora de ativos financeiros realizada em 2011 e, em 27 de setembro de 2013, foi expedido alvará de levantamento dos valores bloqueados (na ordem de R\$ 8.400). Em outubro de 2013, a UF apresentou novo pedido de constrição, desta vez, relativo ao processo n. 93.00.02130-3. O pedido foi acolhido e, por consequência, foi interposto agravo de instrumento distribuído sob o n. 0027123-94.2013.4.03.0000, ao qual foi negado seguimento. Diante de tal situação, foi interposto agravo do artigo 557, par. 1º. Do CPC, o qual foi por unanimidade, provido, revogando assim, a ordem de penhora proferida na origem. Realizada nova avaliação dos bens da companhia. Obtivemos decisão favorável para liberação do depósito bloqueado. Os autos estavam na conclusão para análise acerca do reforço de penhora e os embargos estavam suspensos aguardando decisão sobre a penhora. Em setembro/2015 foi proferido despacho determinando nova verificação / constatação dos bens ofertados a penhora, bem como recebendo os embargos, sem efeito suspensivo. Em abril/2016 o mandado de constatação e avaliação foi cumprido pelo oficial de justiça da Comarca de Abreu e Lima PE e a precatória foi devolvida ao Juízo Deprecante. Em 29 de agosto de 2016 houve publicação de sentença em 1º grau nos Embargos à Execução, dando provimento em parte, reduzindo a multa aplicada do percentual de 150% para 75%. Em face da decisão a empresa manejou os recursos devidos. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011, opostos Embargos do Devedor nº 0005754-06.2011.4.03.6114, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114, para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. Em razão do apensamento, foi proferida sentença julgando os Embargos nº 0005754-06.2011.4.03.6114 extintos sem julgamento de mérito e, por precaução, foi interposto recurso de Apelação pela Companhia, ao qual foi dado provimento para reformar a sentença. Foi dado provimento ao nosso recurso para reforma da sentença de extinção. Assim, os autos estão sendo encaminhados à primeira instância. Apresentamos aditamento aos primeiros embargos. Em 29 de agosto de 2016 houve publicação de sentença em 1º grau nos Embargos à Execução, dando provimento em parte, reduzindo a multa aplicada do percentual de 150% para 75%. Em face da decisão a empresa manejou os recursos devidos. Os autos estão apensos à execução de 1998. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão, o que foi feito por meio de decisão proferida em 17 de abril de 2013. Atualmente

Notas Explicativas

aguarda-se recebimento dos autos na Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação da Companhia para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 foi julgado em 13 de março de 2013, pela 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que reconheceu, por maioria de votos, a decadência e respectiva extinção do direito de a Fazenda Nacional de constituir os créditos tributários relativos ao período anterior a 27 de novembro de 2001, bem como, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Voluntário no tocante à parcela não abrangida pela decadência. Em face dessa decisão, a Procuradoria da Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial. Em 29 de agosto de 2013 a Companhia apresentou Embargos de Declaração em face do acórdão e contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda Nacional. Os embargos de declaração foram julgados de forma desfavorável. A companhia apresentou, então, recurso especial em 07/11/2014, o qual foi inadmitido em junho/2015. Em junho/2015 a Fazenda Nacional apresentou recurso especial. Em setembro/2015 a companhia apresentou contrarrazões. Em junho/2016, a CSRF deu provimento integral ao recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. Atualmente, aguarda intimação do acórdão, cabendo ainda embargos de declaração por parte da companhia.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

Em 22 de abril de 2003, a Companhia entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc., formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração, tanto pela Companhia quanto pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Em 11 de janeiro de 2012, foram opostos novos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos por meio de acórdão publicado em 30 de julho de 2012. Em 13 de agosto de 2012, foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia, e em 30 de agosto de 2012, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou novos embargos de declaração. Em 20 de setembro de 2012 os Recursos Especial e Extraordinário foram recebidos com efeito suspensivo por força de medida liminar concedida nos autos da Medida Cautelar nº 0025645-85.2012.4.03.0000. Em 28 de fevereiro de 2013 foi publicado acórdão rejeitando os embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional e atualmente aguarda-se exame de admissibilidade e remessa Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores.

Por ocasião do julgamento da ADIN 2588, o STF analisou a validade do artigo 74 da MP 2.158/01, no seguinte sentido:

- não é válida a aplicação do parágrafo único do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros acumulados até 2001;

- é válida a aplicação do caput do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal.

Assim, considerando as chances de êxito para os lucros apurados em 2002, bem como considerando a reabertura do prazo para inclusão de débitos no Refis IV, nos termos da Lei 12.865/2013, a Companhia optou pela inclusão parcial dos valores em discussão no Refis (lucros acumulados em 2002) e manteve a discussão para os lucros acumulados até 2001, bem como para a variação cambial.

Notas Explicativas

O valor atualizado do débito em discussão perfazia o montante de R\$ 502.396 em 31 de dezembro de 2013, sendo que foi incluído no parcelamento o montante de R\$ 134.303 (valor histórico – dez/13) e foi mantida a discussão no montante de R\$ 454.506 em 30 de setembro de 2016, como probabilidade de perda remota.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 1.769 mil em 30 de setembro de 2016 (R\$1.769 em 31 de dezembro de 2015) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social autorizado

O capital social autorizado está dividido em 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

24.2. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Bradesco S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts*-ADR em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 28.589 ações preferenciais, em 30 de setembro de 2016, equivalentes a 28.589 ADR's, representando 0,05% do capital total.

24.3. Outros resultados abrangentes

24.3.1. Reserva de reavaliação

Em 30 de setembro de 2016, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bombril Mercosul S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 30.903 (R\$ 32.421 em 31 dezembro de 2015).

24.3.2. Custo atribuído

Os ajustes por adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários da controladora, é de R\$ 1.705 em 30 setembro de 2016 (R\$ 1.787 em 31 dezembro de 2015) e no consolidado é de R\$ 65.450 em 30 setembro de 2016 (R\$ 65.921 em 31 dezembro de 2015). O custo atribuído é realizado ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, de acordo com a depreciação, alienação ou baixa do respectivo ativo imobilizado, contra a rubrica de lucros acumulados.

Notas Explicativas

24.3.3. Ajuste acumulado de conversão

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes Acumulados de Conversão”, no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das informações contábeis consolidadas de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

24.4. Debêntures conversíveis em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”), realizada em 10 de junho de 2014 foi aprovada a emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, da primeira emissão da Companhia (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais serão objeto de colocação privada, totalizando, na Data de Emissão, o valor de R\$ 70.000.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária, bem como não haverá resgates antes da data de vencimento. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios pré-fixados de 6,00% (seis por cento) ao ano, capitalizados anualmente, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização até o vencimento das Debêntures. A Remuneração devida aos debenturistas será, em conjunto com o Valor Nominal Unitário, convertida em ações da Companhia. Não haverá, portanto, pagamento da Remuneração em pecúnia, exceto no caso de vencimento antecipado das Debêntures. As obrigações da Companhia serão imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, cross default, protesto de títulos acima de R\$ 10.000, inadimplemento das obrigações assumidas nessa emissão e reorganização societária sem aprovação dos debenturistas.

Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Companhia, no âmbito da emissão de Debêntures, foi constituída alienação fiduciária da marca “Bombril” em favor dos debenturistas.

Em Fato Relevante publicado em 16 de setembro de 2014 a administração da Companhia divulgou aos seus acionistas, investidores e mercado em geral, que no âmbito da primeira emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais foram objeto de colocação privada, foram subscritas 66.002.424,00 (sessenta e seis milhões, dois mil quatrocentos e vinte e quatro) Debêntures, totalizando, na presente data, o valor de R\$ 66.002 com vencimento em 10 de junho de 2019. As Debêntures que não foram subscritas no âmbito da Emissão foram canceladas pela Companhia.

O preço de conversão das Debêntures foi definido com base no preço médio das ações da Companhia, apontado pelo laudo de avaliação preparado pela APSIS (R\$ 0,41/ação). As ações resultantes da conversão contarão com as mesmas prerrogativas das demais ações ordinárias ou preferenciais da Companhia, sem quaisquer restrições, conforme a espécie das ações de titularidade do debenturista.

Notas Explicativas

	Taxa anual de encargos %	Controladora	Consolidado
Debêntures conversíveis em ações - valor nominal		66.002	66.002
Juros conversíveis em ações em 31 de dezembro de 2014	6	1.333	1.333
Juros conversíveis em ações em 31 de dezembro de 2015	6	4.049	4.049
Juros conversíveis em ações em 30 de setembro de 2016	6	3.179	3.179
Total		74.563	74.563

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Receita bruta	1.153.158	1.221.318	1.162.387	1.237.672
(-) Deduções	(42.456)	(68.598)	(43.328)	(69.918)
(-) Impostos s/receita	(296.725)	(322.493)	(297.489)	(323.823)
Total	813.977	830.227	821.570	843.931

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados.

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o prejuízo apurado e os montantes utilizados no cálculo do prejuízo por ação básico e diluídos:

	30.09.16			30.09.15		
	Ordinária (ON)	Preferencial (PN)	Total	Ordinária (ON)	Preferencial (PN)	Total
Numerador						
Lucro / (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	2.580	4.394	6.974	(88.514)	(150.759)	(239.273)
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Lucro / (Prejuízo) por ação (R\$) – Básico	0,1290	0,1290		(4,426)	(4,426)	
Lucro / (Prejuízo) por ação (R\$) – Diluído	0,0656	0,0656		(3,315)	(4,426)	

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e a Companhia possui debêntures com potencial efeito diluidor, as quais foram consideradas no cálculo do lucro / (prejuízo) de ação – diluído.

Notas Explicativas

27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Insumos	(356.261)	(405.378)	(359.493)	(409.529)
Despesas com pessoal	(141.632)	(151.336)	(144.529)	(154.298)
Energia elétrica	(13.494)	(20.312)	(13.494)	(20.312)
Manutenção	(11.458)	(11.151)	(11.589)	(11.271)
Depreciação e amortização	(20.790)	(15.786)	(26.128)	(21.248)
Despesas com promoção de vendas	(81.658)	(104.264)	(83.181)	(110.261)
Despesas com propaganda e marketing	(1.651)	(8.719)	(1.701)	(9.255)
Despesas de aluguéis	(11.736)	(12.567)	(9.188)	(10.298)
Despesas com fretes	(87.924)	(89.490)	(88.760)	(91.589)
Outras despesas	(41.716)	(40.987)	(42.997)	(43.435)
Total	(768.320)	(859.990)	(781.060)	(881.496)
Custo dos produtos vendidos	(471.220)	(527.793)	(472.499)	(531.936)
Despesas com vendas	(243.316)	(274.412)	(249.330)	(287.493)
Despesas administrativas	(53.784)	(57.785)	(59.231)	(62.067)
Total	(768.320)	(859.990)	(781.060)	(881.496)

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Higiene e Limpeza	
	30.09.16	30.09.15
Receita líquida de vendas	821.570	843.931
Custo dos produtos vendidos	(472.499)	(531.936)
Lucro bruto	349.071	311.995
Despesas com vendas	(249.330)	(287.493)
Despesas administrativas	(59.231)	(62.067)
Outras (despesas) receitas líquida	(35.433)	3.573
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	5.077	(33.992)
Receitas financeiras	3.627	2.379
Despesas financeiras	(96.720)	(71.195)
Variação cambial líquida	93.914	(202.846)
Lucro / (Prejuízo) antes dos impostos	5.898	(305.654)
Imposto de renda e Contribuição social corrente	(70)	(235)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	1.146	66.616
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	6.974	(239.273)

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela presidência e corpo diretivo.

Notas Explicativas

As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos focam no resultado geral do negócio situado no mercado categoria, ou seja, focam na perspectiva de mercado de higiene e limpeza, seu principal segmento operacional.

Não houve transações entre segmentos da Companhia.

	Higiene e Limpeza	
	30.09.16	30.09.15
Ativos totais	640.230	792.497
Passivos totais	640.230	792.497
Depreciação e amortização	(17.256)	(21.247)
Aquisição do imobilizado	2.707	38.524

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Juros sobre empréstimos	(35.344)	(36.818)	(35.618)	(37.163)
Juros sobre operações de terceiros	(36)	(28)	(36)	(28)
Juros sobre impostos	(33.394)	(31.737)	(33.397)	(31.766)
Encargos bancários	(3.803)	(2.194)	(3.847)	(2.238)
Receitas financeiras	3.580	1.784	3.626	2.379
Variação cambial líquida	1.244	(61.934)	93.915	(202.846)
Fomento	(23.822)	-	(23.822)	-
Total	(91.574)	(130.927)	821	(271.662)

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada

Notas Explicativas

análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas, vide nota 5.

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

iv) Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

v) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.15	30.09.2016	31.12.15
Dívida	132.478	132.001	137.506	138.415
Caixa e equivalentes de caixa	(10.623)	(16.828)	(15.808)	(17.939)
Aplicações financeiras não circulante	(1.861)	(7.740)	(1.861)	(7.740)
Dívida líquida	119.994	107.433	119.837	112.736

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no

Notas Explicativas

encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Controladora					
		Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30 de setembro de 2016	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Passivos de arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	22,54	4.588	9.175	18.455	12.638	-	44.856
Instrumentos a taxas de prefixadas	3,63	644	72.288	4.195	10.495	-	87.622
		5.232	81.463	22.650	23.133	-	132.478
31 de dezembro de 2015	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Passivos de arrendamento financeiro	17,06	3	7	29	-	-	39
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	21,73	5.359	10.719	48.235	31.677	-	95.990
Instrumentos a taxas de prefixadas	12,87	1.907	3.812	17.153	13.100	-	35.972
		7.269	14.538	65.417	44.777	-	132.001

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado					
		Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30 de setembro de 2016	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Passivos de arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	22,66	4.588	9.175	16.860	10.613	-	41.236
Instrumentos a taxas de prefixadas	3,78	949	72.898	6.533	15.891	-	96.271
		5.536	82.073	23.393	26.504	-	137.506
31 de dezembro de 2015	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Passivos de arrendamento financeiro	17,06	3	7	29	-	-	39
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	21,73	5.359	10.719	48.235	31.677	-	95.990
Instrumentos a taxas de prefixadas	11,89	2.062	4.124	18.556	17.644	-	42.386
		7.424	14.850	66.820	49.321	-	138.415

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados a taxa de juros (não inclui caixa e bancos) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Controladora					
		Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30 de setembro de 2016	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,07	-	-	-	1.861	-	1.861
		-	-	-	1.861	-	1.861
31 de dezembro de 2015	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	14,67	-	1.464	603	5.673	-	7.740
		-	1.464	603	5.673	-	7.740

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado					
		Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30 de setembro de 2016	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,07	-	-	1.035	1.861	-	2.896
		-	-	1.035	1.861	-	2.896
31 de dezembro de 2015	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	14,67	-	1.464	603	5.673	-	7.740
		-	1.464	603	5.673	-	7.740

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

Notas Explicativas

b) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3 destas informações contábeis consolidadas.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações Financeiras	1.861	7.740	2.896	7.740
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	10.623	16.828	15.808	17.939
Contas a Receber	132.853	169.067	140.530	182.201
Passivos financeiros				
Contas a Pagar	198.547	264.268	202.032	269.181
Empréstimos e Financiamentos	132.478	132.001	137.506	138.415

d) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao Dólar. Em 30 de setembro de 2016, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Eurobonds	501.449	501.449	-	-
Total	501.449	501.449	-	-
Valores a pagar de terceiros	-	27.492	-	27.492
Total	-	27.492	-	27.492
Fornecedores	1.203	732	1.203	732
ACC	-	-	-	-
FINIMP	-	-	-	-
Total	1.203	732	1.203	732

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Passivos em dolar	Valorização do Dólar	125.663	251.326
Exposição Líquido		125.663	251.326

e) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais alta e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O lucro líquido do período em 30 de setembro de 2016 diminuiria em R\$1.514 (diminuiria em R\$3.164 em 31 de dezembro de 2015). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

Notas Explicativas

f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 478:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 27.a.iv;
- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada;
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

Controladora:

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa	3.475	6.950
Exposição líquida		3.475	6.950

Consolidado:

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa	3.536	7.071
Exposição líquida		3.536	7.071

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Notas Explicativas

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

		30.09.16					
		Controladora			Consolidado		
		Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros							
Valor justo por meio do resultado		-	1.861	-	-	2.896	-
Total		-	1.861	-	-	2.896	-

		31.12.15					
		Controladora			Consolidado		
		Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros							
Valor justo por meio do resultado		-	7.740	-	-	7.740	-
Total		-	7.740	-	-	7.740	-

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas informações contábeis consolidadas pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

i) Caixa, bancos e aplicações financeiras

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações contábeis consolidadas. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos estão apresentados nas Notas 18. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas informações contábeis consolidadas.

31. COBERTURA DE SEGUROS

O grupo Bombril possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 30 de setembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos da Companhia é de R\$1.117.831 (R\$989.084 em 2015), composta da seguinte forma: Prédios R\$132.778 (R\$119.811 em 2015); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$532.922 (R\$315.556 em 2015); Mercadorias e Matérias-Primas R\$51.166 (R\$63.743 em 2015); Lucro Cessantes R\$400.965 (R\$489.974 em 2015). As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das informações contábeis consolidadas individuais e consolidadas, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Avais, fianças e garantias

A Companhia possui como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$ 349.297 em 30 de setembro de 2016, sendo que R\$ 30.336 referem-se a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e R\$ 318.961 referem-se a participações societárias, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas. As operações da Companhia junto a fomentadora, BS Fomentos, estão garantidos por Marcas (Kalipto e NO ar) e estoque.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611 (vide nota explicativa 23 – Compra e Venda de Títulos) ainda não estão contemplados nesta nota, pois estão em trâmite de formalização junto à Fazenda Nacional.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Bombril S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Bombril S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016 que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme comentado na nota explicativa nº 2.2., os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc., correspondentes aos anos de 2002 a 2005, foram reconstituídos pelos Administradores desta controlada com base em cópia de documentos como contratos, planilhas de controle, entre outros elementos passíveis de verificação que serviram de base para reconstituição destes registros. Isto, tendo em vista que por motivos contrários a vontade da Administração desta controlada os documentos originais encontram-se em poder das autoridades italianas (comentários adicionais na nota explicativa nº10) e, portanto, indisponíveis. Em 30 de setembro de 2016, a controlada possui ativos totais de R\$505.805 mil, patrimônio líquido de R\$504.424 mil e lucro líquido para o período de nove meses de R\$92.663 mil. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir se modificações relevantes deveriam ser efetuadas nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativamente aos saldos iniciais desta controlada.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto ao possível efeito do assunto comentado no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo no montante de R\$329.103 mil e capital circulante negativo de R\$304.207 mil (R\$295.883 mil no consolidado). Os esforços dedicados pela Administração da Companhia para o fortalecimento de suas atividades operacionais e conseqüente reestabelecimento do seu equilíbrio patrimonial estão comentados de forma abrangente na nota explicativa nº1.

Conforme comentado na nota explicativa nº 23, a Companhia e suas controladas discutem administrativa e judicialmente ações, principalmente de natureza tributária em diversas fases do rito processual, envolvendo o montante de R\$3.978.005 mil. Baseados na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, cuja avaliação do êxito é classificada como possível, a Administração decidiu não constituir provisão para estes potenciais riscos contingenciais.

Conforme comentado na nota explicativa nº12, a Companhia possui valores a receber e a pagar junto a determinadas empresas que são partes integrantes do grupo econômico de seu antigo acionista controlador (atualmente em processo de liquidação judicial) envolvendo as seguintes empresas: C&P Overseas Ltd., Cirio Brasil S.A., Agropecuária Cirio Ltda., C&P Capital Investment NV e Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.. Quando da posse do atual acionista controlador (Newco International Limited), a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de

ativo e de passivo junto às empresas anteriormente citadas. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arretada e em poder das autoridades italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas do valor integral dos ativos juntos a estas empresas no montante de R\$1.751.303 mil e a manutenção dos passivos atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de originação da dívida cujo montante atualizado em 30 de setembro de 2016 é de R\$380 mil.

Conforme comentando nota explicativa nº 24.4, em 16 de setembro de 2014 ocorreu a primeira emissão de debêntures conversíveis em ações da Bombril S.A., em série única, da espécie com garantia real, as quais foram objeto de colocação privada, cujo montante em 30 de setembro de 2016 é de R\$74.563 mil.

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 preparadas sobre a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias individuais e consolidadas é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto quanto ao possível efeito do assunto mencionado no parágrafo de Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de novembro de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

José Santiago da Luz
Contador CRC 1 SP 115785/O-9